

Cristina Zanella Rodrigues

“AS MUDAS ROMPERAM O SILÊNCIO”
DISCURSO ECOLÓGICO E MOVIMENTO CAMPESINO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial e último à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Texto, Discurso e Relações Sociais

Orientadora: Prof^ª Dr^a Aracy Ernst

Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Letras - UCPel

2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO

Dissertação intitulada “*As mudas romperam o silêncio*” *Discurso ecológico e movimento campesino*, de autoria da mestrand Cristina Zanella Rodrigues, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª Dr^a Aracy Ernst – UCPel – Orientadora

Prof^a Dr^a Freda Indursky - UFRGS

Prof Dr Jandir Zanotelli - UCPel

Prof^ª Dr^a Carmem Matzenauer
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPel

Pelotas, 7 de abril de 2009

Dedicatória

A todas as mulheres.

Agradecimentos

Ao meu pai, pela oportunidade e pela compreensão.

À minha mãe, pela presença, pelo incentivo e pela fé.

Ao meu irmão, pelos essenciais diálogos e pela crença na revolução.

À minha orientadora Aracy, pela confiança nos meus ideais.

À amiga Luciana, por compartilhar o processo de produção da dissertação.

Ao meu amigo Fábio, pelo conhecimento ecológico compartilhado.

À amiga Teresa Cristina, pela acolhida inspiradora.

À minha “irmã” Iná, pela companhia nos imprescindíveis banhos de cachoeira.

[...]
havia um imenso deserto verde
em concerto com o silêncio.

De repente
milhares de mulheres se juntaram
e destruíram mudas
a opressão e a mentira

As mudas gritaram

[...]
De repente
não mais que de repente
milhares de mulheres
destruíram o silêncio

Naquele dia
nas terras da Aracruz
as mulheres da Via Campesina
foram o nosso gesto
foram a nossa fala.

Poema divulgado depois da ação do movimento das mulheres camponesas.

RESUMO

As mudanças significativas nas relações envolvendo seres humanos e meio ambiente têm abalado o mundo e feito a sociedade refletir acerca da maneira como vem interagindo com a natureza. A concepção segundo a qual os recursos da Terra são inesgotáveis e podem progredir indefinidamente em direção ao futuro não mais se sustenta. Um discurso de resistência que procura denunciar a necessidade de mudança de paradigma, incluindo a transformação na maneira como interagimos com a natureza surge no cenário mundial. Desde então, a questão ecológica vem se tornando um dos principais assuntos, quando se discute o futuro da humanidade. Um acontecimento que está relacionado com essa questão trouxe à tona questionamentos importantes. Trata-se da ação de cerca de mil e quinhentas mulheres da Via Campesina que se desenrolou em 8 de março de 2006, no Horto Florestal da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul. Na ocasião, as mulheres procuraram dar cabo das mudas de eucalipto e danificaram o laboratório mantido pela empresa. Tal acontecimento foi amplamente divulgado na mídia, debatido pelos movimentos sociais, discutido por representantes políticos e pela sociedade, dando início a novos processos discursivos no âmbito do discurso ecológico. O objeto deste trabalho é composto por textos divulgados pelas partes envolvidas – Mulheres da Via Campesina e Aracruz Celulose – através dos quais analisam-se elementos do interdiscurso que aí irrompem e observam-se os movimentos de sentido a partir de posições em formações discursivas diferentes que podem re-significar (se) na relação com o discurso ecológico.

Palavras chave: discurso ecológico – movimento campesino – agronegócio

Abstract

The significant changes in relations involving humans and the environment have shaken the world and made society think about the way it is interacting with nature. The concept that Earth's resources are inexhaustible and can progress indefinitely into the future no longer maintained. A discourse of resistance that seeks to expose the need for a paradigm shift, including the transformation of the way we interact with nature, arises in the world. Since then, the environmental issue has become a major subject when discussing the future of humanity. An event that is related to this issue brought to light important questions. This is the action of about a thousand and five hundred women from Via Campesina who took the Horto Florestal of Aracruz Celulose on March 8, 2006, in Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. On this occasion, women destroyed the eucalyptus seedlings and damaged the laboratory maintained by the company. This event was widely publicized by the media, debated by the social movements, discussed by political representatives and society, initiating new discursive processes within the ecological discourse. The object of this work consists of texts published by the parties involved - women of Via Campesina and Aracruz Celulose - through which the interdiscourse elements are analyzed. Considering there are meanings in constant movement from positions in various discursive formations that may re-signify in relation to the ecological discourse.

Keywords: ecological discourse - peasant movement – agribusiness

SUMÁRIO

Introdução	9
1. A emergência do discurso ecológico e sua configuração na contemporaneidade	13
1.1. A ecologia sistêmica	14
1.2 A ecologia profunda	18
1.3. Ecosocialismo	26
2. O acontecimento e sua constituição na discursividade.....	35
2.1 A ação	37
2.2 As partes	45
2.2.1 Aracruz Celulose	45
2.2.2 As mulheres da Via Campesina.....	48
3. Os textos em análise e a discursividade ecológica	52
3.1 Análise.....	55
Bloco 1: Da referência ao acontecimento.....	55
Bloco 2: Do saber de um sobre o outro	59
Bloco 3: Da relação com a natureza	63
Parte 3a: Da relação da Aracruz com a natureza	64
Parte 3b: Da relação das Mulheres da Via Campesina com a natureza.....	66
Parte 3c: Da relação da Aracruz com a natureza pelas Mulheres da Via Campesina ..	70
Considerações Finais	73
Referências Bibliográficas.....	77
ANEXO 1	82
ANEXO 2	84

Introdução

No instante em que a humanidade colocou seus vinte dedos no planeta Terra alguma coisa aconteceu. Desde o primeiro encontro, há alguns mil anos atrás, estes dois sempre andaram juntos. Durante o desenrolar de tal relação houve muitos períodos sincrônicos, felizes, pacíficos e amorosos. Entretanto, com o advento da história e a “evolução” do ser humano essa relação passou a ser conflituosa e unilateral. O que antes era reciprocidade passou a ser exploração. O que antes era respeito tornou-se abuso.

E esse abuso já pode ser sentido em todas as áreas de nossa vida. Na questão do tempo de nossos cotidianos. Na quantidade de fumaça que respiramos. No tanto de veneno que ingerimos. No excesso de propaganda e consumismo. O nosso afastamento da natureza, e de seu ritmo, nos levou ao ritmo da civilização e de todos os valores nela criados e cristalizados ideologicamente.

Nessas condições de produção é que se constitui o sujeito. Um sujeito ideologicamente interpelado pelo ritmo do mercado financeiro mundial, pela violência, pelo consumismo, pela promiscuidade, pela falta de polidez. Diante desse quadro tão desolador da atual conjuntura terráquea, é mais do que necessário, é impreterível e urgente refletir sobre nossa relação com o planeta para mudarmos o rumo dos acontecimentos. É imprescindível desenvolvermos a capacidade de sair da ilusão do capital e adentrar no ritmo da biosfera, sob pena de deixarmos de existir.

As mudanças significativas que estão acontecendo no planeta são resultado do desequilíbrio na relação envolvendo a humanidade e a biosfera. E isso tem feito alguns setores da sociedade refletirem acerca da maneira como estamos interagindo com a natureza. Determinadas comunidades científicas, algumas mídias independentes, organizações não-governamentais, diversos movimentos sociais, organizações internacionais, certos políticos, dentre outros, procuram trazer a debate a necessidade de repensarmos a forma como o consumo exacerbado, o crescimento demográfico e a destruição e modificação dos ecossistemas estão intensificando-se e ocasionando grandes desastres ambientais. Nada além de consequência ou reação a todos esses menos de 500 anos de exploração da terra em prol do desenvolvimento.

A concepção segundo a qual os recursos naturais podem progredir indefinidamente em direção ao futuro e a terra infinitamente apta para absorver nossos dejetos é impossível de sustentar. Diante disso, um novo e outro discurso vem sendo constituído. Um discurso de resistência que propõe a necessidade de mudança de paradigma.

No âmbito internacional, os encontros nas organizações internacionais, as conferências, as assinaturas de acordos e protocolos são palco de tomadas de decisões relevantes para o planeta, porém, na maioria das vezes surgem em conformidade com as necessidades econômicas do mercado financeiro. Muitos programas e projetos desenvolvidos em toda sorte de espaços chegaram ao cotidiano da sociedade e refletem na prática social. Entretanto, algumas dessas práticas ficam restritas a ações defensivas, circunscritas a um espaço de uma comunidade ou de uma região, com peso insuficiente para fazer frente ao poderio do mercado ou às lógicas das tecnocracias públicas e privadas.

Mesmo, portanto, que muito se tenha avançado no que diz respeito à preservação do meio-ambiente, ainda falta trilhar um longo caminho para que o ser humano deixe de se ver como um ser *sobre* as coisas, para tornar-se um ser *junto* com as coisas, “como membro de uma comunidade maior, planetária e cósmica”, conforme argumenta Boff (1996, p. 17).

Diante desse quadro, pode-se afirmar que as questões ambientais tornaram-se um aspecto essencial na vida das pessoas, desenvolvendo-se em vários espaços sociais. Entretanto, a questão da consciência ecológica vem muito mais movida pelo medo do que pelo amor pelo planeta. É o medo de deixar de existir. Para os autores franceses Alphandéry, Bitoun e Dupont, a questão do consenso ecológico sobre a preservação do meio-ambiente é pautada pelo medo.

No final deste século [e início deste milênio], a expressão manifesta da ecologia é o medo. Não um medo surdo, mudo, e que teria vergonha de si próprio, mas um medo ostensivo, que se diz e que se escreve, que se publica e se filma, se oferece num espetáculo à medida da mundialização da comunicação. O medo ecológico é um grande medo que envolve todo o planeta.” (1996, p.15)

Afinal, expressões como “Mudanças drásticas na temperatura do planeta devido ao aquecimento global”, “A Terra sem camada de ozônio”, etc., dão conta de criar um clima de tensão e insegurança aos habitantes do planeta. Daí que o discurso ecológico, atualmente, nos aparece quase “consensual”. A princípio, a sociedade está tomando consciência de que é preciso rever a maneira como estamos nos relacionando com a natureza. Entretanto, nem tudo é unânime. No cerne desse discurso ecológico consensual acerca da preservação do planeta convivem discursos advindos de posições antagônicas, que defendem ações diferentes no trato com o meio-ambiente. E isso porque, quando se fala em ecologia não se pode dissociá-la das questões ideológicas, científicas, políticas, éticas e até mesmo espirituais. Por isso, concordo com Boff quando ele afirma que “a ecologia se constitui numa crítica radical do tipo de civilização que construímos.” (1996, p.20)

Um acontecimento ocorrido no Rio Grande do Sul envolvendo as Mulheres da Via Campesina e a empresa Aracruz Celulose inaugurou algo ainda novo no âmbito do discurso ecológico. Posições contraditórias ficaram evidentes nos discursos referentes às questões ecológicas que, por sua vez, relacionam-se com questões políticas, econômicas, sociais, históricas e culturais.

O acontecimento a que me refiro diz respeito à ação de cerca de mil e quinhentas mulheres da Via Campesina que se desenrolou em oito de março de 2006 no Horto Florestal da empresa Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul. Neste dia, as mulheres camponesas procuraram dar cabo das mudas de eucalipto e danificaram o laboratório mantido pela empresa. Tal ação foi amplamente divulgada na mídia, debatida pelos movimentos sociais, discutida por representantes políticos e pela sociedade.

Os textos relativos a esse acontecimento, de natureza e posições diferenciadas e que se constituirão em objeto de análise desta pesquisa, são “textos que incomodam”, no sentido dado por Courtine (2006, p.27), em vista de sua diversidade ideológica. Isso evita que os dispositivos de análise a serem implementados sejam puro reflexo das especificidades dos objetos empíricos analisados.

Tendo, portanto, como referencial teórico a Análise do Discurso aventada por Michel Pêcheux, o objetivo deste trabalho consiste em analisar como vai se constituir o discurso ecológico acerca da preservação do planeta a partir do entrecruzamento dos discursos produzidos, de uma parte, pelo movimento social e, de outra, pela empresa, tendo como ponto de partida o acontecimento acima referido.

Nesses tempos de preocupação generalizada com o futuro do planeta, em que parece haver, independentemente de posições políticas diferenciadas, um discurso aparentemente homogêneo acerca da preservação do planeta, é importante empreender-se uma reflexão teórica sobre os processos históricos em que nos encontramos, direta ou indiretamente, envolvidos, para não sermos inocentemente presos nas malhas e na textura de uma linguagem que se apresenta como límpida e consensual, mas que, na realidade, é dispersa, fragmentada e plural.

Além disso, espero que esta dissertação de mestrado possa trazer algum conhecimento que eleve a consciência ecológica, de tal modo que nos vejamos como parte do todo. E que nos tornemos cientes de que agredir e explorar o planeta significa agredir e explorar a nós mesmos. Que consumir indefinidamente os recursos naturais é consumirmos a nós mesmos, até definharmos. Não somos infinitos, como também não é o planeta em que habitamos. Foi-nos dado um rico e lindo lugar para viver como nenhum outro: colorido, vivo

e amoroso. “No somos sus dueños, somos sus huéspedes, y – concientemente o no – estamos destrozando el hogar que nos han prestado.” (CARRIÓN, 2008, p.22) Por isso, é urgente a necessidade de mudança de paradigma e de mentalidade na atual conjuntura. Afinal, a Terra é uma só e não tem nenhum dono porque somos todos um.

1. A emergência do discurso ecológico e sua configuração na contemporaneidade

Para versar sobre a questão do discurso ecológico na contemporaneidade, é necessário primeiro tratar sobre desenvolvimento da ecologia. Engana-se quem pensa que a questão ecológica é uma problemática que passou a existir a partir do final do século passado. Pode-se afirmar, consubstanciado em Odum & Barrett, que a ecologia comporta um interesse prático desde o início da história da humanidade (2007, p. 2) Afinal, desde a sociedade primitiva, é quase que um imperativo humano conhecer o seu ambiente para sobreviver, a fim de procurar compreender as forças da natureza, as plantas ao seu redor, os animais... Em outras palavras, desde o início da humanidade criam-se instrumentos que dão conta de modificar o meio ambiente para sobrevivência dos indivíduos no planeta.

E da mesma feita, a evolução sobre a ciência da ecologia se desenvolve gradualmente ao longo da história escrita. Conforme Odum & Barrett, “os textos de Hipócrates, Aristóteles e outros filósofos da Grécia antiga contêm claras referências às questões ecológicas. No entanto, os gregos não tinham uma palavra para ecologia.” (2007, p.3) Em verdade, o termo é relativamente recente e foi proposto pela primeira vez por Ernest Haeckel (1834-1919) em 1866. Defensor da idéias evolutivas de Darwin, Haeckel cunhou a expressão ecologia como uma disciplina ligada ao campo da biologia, porém distinta desta. De acordo com Couto (2007, p. 24), é no subcapítulo XI intitulado *Oecologie e Chorologie* do segundo volume da obra que Haeckel apresenta a definição do termo.

Por ecologia entendemos toda a ciência das relações do organismo com o mundo externo envolvente, em que podemos englobar, em um sentido geral, todas as condições de existência. Essas condições são em parte de natureza orgânica, em parte de natureza inorgânica. Tanto estas quanto aquelas são, como mostramos anteriormente, da maior importância para a forma dos organismos, pois elas os obrigam a se adaptarem. (HAECKEL, 1866, p. 286 *apud* COUTO, 2007, p. 25)

Etimologicamente, a palavra ecologia deriva do grego *oikos*, que significa “casa”, e *logos*, que significa “estudo”. Assim, ecologia é o estudo da casa ambiental que “inclui todos os organismos dentro dela e todos os processos funcionais que tornam a casa habitável.” (ODUM & BARRETT, 2007, p. 3)

Entretanto, vale anotar que não é o intento aqui promover uma análise sobre a condição polissêmica do termo ecologia, mas sim traçar algumas considerações sobre como ela é compreendida no âmbito de diferentes áreas do conhecimento que levam em conta questões ecológicas. Tais perspectivas que aqui serão apresentadas por autores importantes

vêm a contribuir para uma nova forma de construção de conhecimento que se alinha no horizonte contemporâneo.

1.1. A ecologia sistêmica

Para abordar a ecologia sistêmica, começarei por Eugene P. Odum (1913-2002), considerado o fundador da ecologia moderna e um dos autores mais lidos nos atuais cursos de Ecologia. Odum nasceu nos Estados Unidos em 17 de setembro de 1913. Graduiu-se na Universidade da Carolina do Norte e doutorou-se na Universidade de Illinois em 1939. Depois do doutoramento foi contratado pela Universidade de Georgia como professor de Zoologia, onde pesquisou e ensinou, mesmo depois de aposentado em 1984, até a sua morte em 2002.

Odum evidenciou a relação existente entre a ação humana e os processos naturais, tratando tal relação como parte essencial da sua descrição de *ecossistema*. Defendeu a idéia, comumente aceita, que a ecologia não é mais uma subdivisão da biologia, mas tem emergido de suas próprias raízes biológicas para tornar-se uma disciplina separada que integra os organismos, o ambiente físico e os seres humanos. Antes da publicação de seu livro *Fundamentos de Ecologia* em 1953, a ecologia como ciência consistia em pequenos estudos que pareciam querer compreender lagoas, pântanos e outros sistemas, mas ainda de forma isolada. Seu livro virou um best-seller na academia, tornando-se essencial nos estudos da ciência da ecologia. Odum demonstrou que é possível observar os padrões climáticos, plantas regionais e população de animais, etc., relacionando-os da mesma forma que as peças de um quebra-cabeça. Seu livro tornou-se a obra catalisadora que veio a transformar a ecologia num estudo do micro e do macrocosmo, um estudo de como as partes estão relacionadas com o todo e de como os seres humanos são também parte desta complexidade.

Não creio que o espaço aqui seja oportuno e suficiente para dar conta de explicar toda a complexa proposta de ecologia moderna de Odum, entretanto, suas noções sobre os níveis de organização como um espectro ecológico e como uma hierarquia ecológica trouxeram questionamentos importantes em outros estudos, dado que a ecologia passou a ser vista não apenas como ciência biológica, mas também como ciência humana. Compreendendo o sistema como um conjunto de sistemas, cujos componentes regularmente interativos e interdependentes formam um todo unificado, Odum procura explicar o funcionamento de sistemas contendo componentes vivos (bióticos) e não vivos (abióticos) que constituem

biosistemas, e que incluem desde sistemas genéticos até sistemas ecológicos ou ecossistemas numa hierarquia de níveis de organização.

No prefácio da 5ª edição revista e atualizada em conjunto com Barrett, conseguiu apenas enviar o rascunho para a editora, pois veio a falecer em seguida, restando ao seu colega a responsabilidade pela revisão final. Ainda assim, assina o prefácio dessa obra, ressaltando que a presente edição

preserva a abordagem holística clássica da ciência ecológica encontrada nas versões anteriores, mas com mais ênfase na abordagem multinível, baseada na teoria hierárquica, e mais atenção na aplicação dos princípios ecológicos dos dilemas humanos, como crescimento populacional, gerenciamento de recursos e contaminação ambiental. (ODUM & BARRET, 2007, p. XIII)

As figuras abaixo (Figura 1, Figura 2 e Figura 3), retiradas da obra, elucidam melhor essa complexidade.

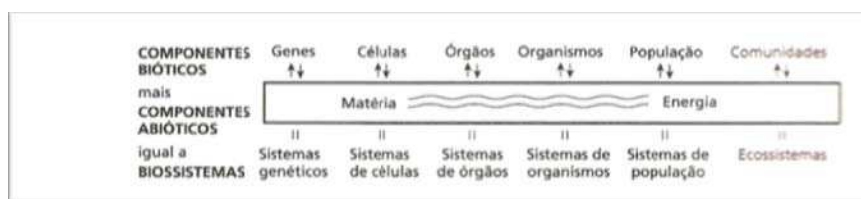


Figura 1 Espectro dos níveis de organização ecológica enfatizando a interação entre os componentes vivos (bióticos) e não vivos (abióticos). (ODUM & GARRET, 2007, p. 4)

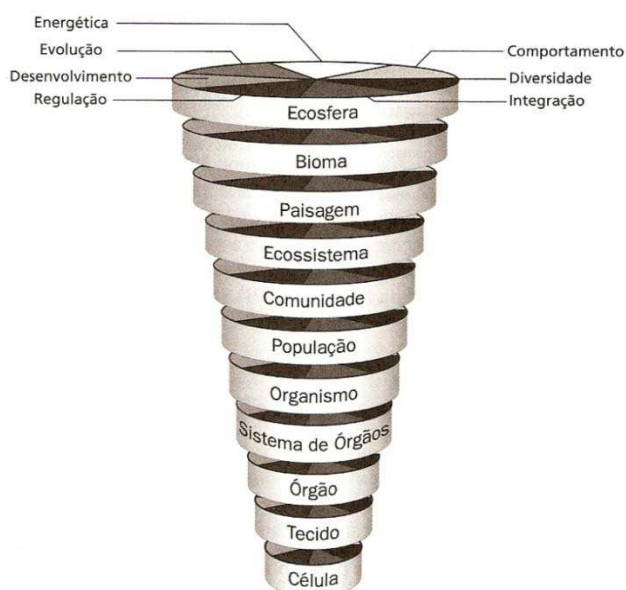


Figura 2 Hierarquia dos níveis de organização ecológica; 7 processos ou funções transcendentais estão representados como componentes verticais de 11 níveis integrados de organização (segundo Barrett et al., 1997). (*ibidem*, p. 5)

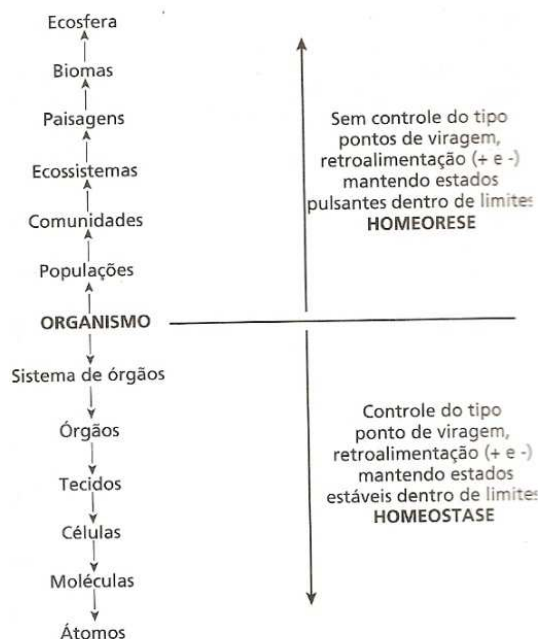


Figura 3 Comparadas com os fortes controles do tipo ponto de viragem no nível de organismo e abaixo, a organização e função no nível de população acima são reguladas com rigor muito menor, e com comportamento mais pulsante e caótico; todavia são controladas por retroalimentação positiva e negativa – em outras palavras, apresentam *homeorese* em oposição à *homeostase*. O não reconhecimento dessa diferença em cibernética resultou em muita confusão sobre o equilíbrio da natureza. (*ibidem*, p. 6)

Para os autores, a ecologia se preocupa de forma mais ampla com os componentes que estão acima daqueles do organismo do que com aqueles que estão abaixo (sistema de órgãos, órgão, tecido, célula). Desta forma, população, comunidade, ecossistema, paisagem, bioma e ecosfera vão adquirir conceitos específicos na ciência da ecologia. População, por exemplo, não se refere apenas a um conjunto de pessoas, mas a um conjunto de indivíduos de qualquer tipo de organismo. Por conseguinte, comunidade inclui todas as populações que ocupam determinada área. E a comunidade junto aos componentes abióticos (não vivos) constitui um ecossistema. Já a paisagem, aqui, vai se desvencilhar do significado de pintura para ser definida como “uma área heterogênea composta de um agregado de ecossistemas em interação que se repetem de maneira similar por toda a sua extensão” (FORMAN e GORDON, 1986 *apud* ODUM & BARRETT, 2007, p. 5). Um exemplo de paisagem seria uma bacia hidrográfica. Seguindo a mesma lógica, um bioma é um “grande sistema regional ou subcontinental caracterizado por um tipo principal de vegetação ou outro aspecto identificador da paisagem” (ODUM & BARRETT, 2007, p5). O pampa, que inclui áreas do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai é considerado um bioma. Uma região, por sua vez, é uma imensa área geológica ou política que abriga mais de um bioma, como por exemplo, as

montanhas dos Apalaches ou a costa do Pacífico. E, por último, a ecosfera, considerada um “sistema biológico maior e mais próximo da auto-suficiência (...) que inclui todos os organismos vivos da Terra interagindo com o ambiente físico como um todo para manter um estado pulsante de auto-ajuste francamente controlado.” (ODUM & BARRETT, 2007, p. 6)

Os níveis de organização desses sistemas estão estruturados numa hierarquia, mas há que se ressaltar que a noção de hierarquia está teorizada. Para os autores, ela não se restringe apenas a uma classificação útil em categorias ordenadas, é uma abordagem holística que fornece um quadro conveniente para subdividir e examinar as situações complexas. Além disso, é importante anotar que as hierarquias são *aninhadas*, ou seja,

cada nível é constituído de grupos de unidades de níveis inferiores (as populações são compostas por grupos de organismos, por exemplo). Em claro contraste, hierarquias organizadas pelo homem em governos, cooperativas, universidades ou na área militar não são *aninhadas* (os sargentos não são compostos por grupos de recrutas, por exemplo). Do mesmo modo, as hierarquias organizadas pelos homens tendem a ser mais rígidas e mais claramente separadas quando comparadas aos níveis de organização naturais. (ODUM & BARRETT, 2007, p. 7)

Outro conceito importante para compreensão da hierarquia é o *princípio da propriedade emergente*, segundo o qual “à medida que os componentes, ou subconjuntos, se combinam para produzir um todo funcional maior, emergem novas propriedades que não estavam presentes no nível inferior.” (ODUM & BARRETT, 2007, p.7) Esse conceito de propriedade emergente procura dar cabo da visão reducionista que dominou a ciência moderna, na qual o todo se reduzia ao somatório das partes. Nessa nova perspectiva, “uma propriedade do todo não é redutível da soma das propriedades das partes. Embora descobertas em qualquer nível auxiliem no estudo do próximo nível, nunca explicam completamente os fenômenos que ocorrem no próximo nível, o qual deve ser estudado por si só para completar o panorama.” (ODUM & BARRETT, *loc. cit.*) Em outras palavras, o estudo de um nível de organização implica uma tríplice hierarquia: o sistema, o subsistema (o próximo nível abaixo) e o supra-sistema (o próximo nível acima).

Essa perspectiva sistêmica, na qual o todo está na relação entre em partes, veio a colocar em banca rota a visão reducionista-mecanicista da ciência moderna. De acordo com Odum & Barrett, na década de 60, quando os astronautas tiraram fotografias da Terra vista no espaço, foi possível, pela primeira vez na história, “ver o planeta inteiro e perceber o quão solitário e frágil ele paira no espaço.” (2007, p.3) A partir desse novo ponto de observação, é que aquilo que pode ser descrito como movimento mundial de consciência ecológica começou a se consolidar e propor questionamentos importantes para o futuro da humanidade.

De repente, durante a década de 1970, quase todos ficaram preocupados com a poluição, áreas naturais, crescimento populacional, consumo de alimento e energia, e diversidade biótica, como mostrou a ampla cobertura sobre preocupações ambientais realizada pela imprensa popular. A década de 1970 foi chamada de “década do ambiente”, cujo início ocorreu com o primeiro dia da Terra, em 22 de abril de 1970. (ODUM & BARRET, 2007, p.4)

Assim, uma convergência de acontecimentos e discussões acerca das questões ambientais teve, a princípio, duas conseqüências importantes: a primeira é o surgimento de movimentos sociais questionadores quanto à forma como a humanidade vem se relacionando com o planeta; o segundo, a interface da ecologia com outras áreas de estudo que vieram a questionar o próprio processo de produção de conhecimento. Portanto, uma das metas da ecologia é unir as ciências naturais às ciências sociais. Como ressaltam os autores, “usando uma analogia médica, esperamos que dessa vez nossa ênfase seja na prevenção em vez de no tratamento, e que a ecologia possa contribuir com a tecnologia da prevenção e com a saúde do ecossistema.” (ODUM & BARRET, 2007, p. 4)

1.2 A ecologia profunda

A ecologia profunda constitui-se numa escola de pensamento filosófico que tem como preocupação um profundo questionamento do paradigma moderno, cujo sistema de valores está colocando em risco a vida das gerações futuras no planeta. Um dos principais autores desta corrente é o físico austríaco Fritjof Capra (1939-). Capra doutorou-se em física teórica na Universidade de Viena em 1966 e trabalhou em outras importantes universidades na França, Inglaterra e Estados Unidos. É fundador-diretor do *Center for Ecoliteracy* (Centro de Educação/Alfabetização Ecológica) em Berkeley, Califórnia, além de atuar na *Schumacher College*, um centro internacional de estudos ecológicos na Inglaterra. É autor de obras importantes que se tornaram best-sellers internacionais, como *O Tao da Física* (1975), *O Ponto de Mutação* (1982) e *A Teia da Vida* (1996). Seu mais recente livro foi lançado em outubro de 2007 e é intitulado *A Ciência de Leonardo*.

O fio condutor de suas obras consiste no questionamento que faz do paradigma mecanicista que serviu de base para o desenvolvimento da ciência moderna, bem como oferece uma nova base para políticas ecológicas que nos permitam construir e sustentar comunidades sem diminuir as chances das futuras gerações. O próprio autor alerta isso no

primeiro capítulo, intitulado *Ecologia Profunda – Um Novo Paradigma*, do livro *A Teia da Vida*, quando diz:

Este livro tem por tema uma nova compreensão científica da vida em todos os níveis dos sistemas vivos – organismos, sistemas sociais e ecossistemas. Baseia-se numa nova concepção de realidade, que tem profundas implicações não apenas para a ciência e para a filosofia, mas também para atividades comerciais, a política, a assistência à saúde, a educação e a vida cotidiana. (CAPRA, 1996, p. 23)

Passo agora a apresentar algumas considerações importantes que Capra faz sobre a ecologia, mais especificamente a ecologia profunda. Para o autor, as preocupações com o meio ambiente têm adquirido suprema importância, principalmente nesta virada de milênio. E defende que se uma ação para frear os problemas ecológicos em nível global não for tomada urgentemente, os danos causados à biosfera e à vida humana podem tornar-se irreversíveis.

Entretanto, não podemos mais nos dar ao luxo de estudar os problemas de nossa época percebendo-os isoladamente, dado que

são problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. (...) Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado. (CAPRA, 1996, p. 23)

Assim, a visão de mundo consubstanciada num modelo de pensamento cartesiano-newtoniano não pode mais se sustentar, sob pena de se depreciar as oportunidades das gerações futuras. O paradigma moderno de ciência pressupõe um conjunto de valores e idéias

entrancheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado (...) têm sido decisivamente desafiadoras por eventos recentes. (CAPRA, 1996, p. 25)

Se não houver uma ruptura com essa forma de construir conhecimento sobre o mundo, se nos mantivermos movidos pelo pensamento de que os recursos da Terra são inesgotáveis, se não repensarmos a maneira como interferimos no equilíbrio ambiental na medida em que poluímos as águas, produzimos e acumulamos lixo, levamos à extinção espécies animais e vegetais, fazemos guerras, o futuro perecerá. Além disso, as ações para minimizar tais efeitos parecem ser mais voltadas para a resolução de problemas imediatos, numa tentativa de remediar, do que propriamente de questionar as raízes do problema e agir no sentido de preservar. Então, uma pergunta pertinente: foi o mundo que mudou ou mudou a

nossa forma de pensar sobre ele? Se a forma de pensar cartesiano-newtoniana é em grande parte responsável pela forma como vimos interagindo com o mundo, então parece bastante coerente e urgente mudarmos nossa forma de pensar sobre o mundo para termos uma relação mais harmoniosa com a natureza, já que dela dependemos e fazemos parte.

Esse novo paradigma que desponta é denominado por Capra como uma visão de mundo holística e que pode também ser denominada visão ecológica, já que pressupõe o mundo como um todo integrado, e não mais como uma coleção de partes isoladas. Para o autor, “a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e em última análise, somos dependentes desses processos).” (CAPRA, 1996, p. 25)

Entretanto, para o autor há uma diferença de significado entre “holístico” e “ecológico”. O termo holístico seria um tanto menos apropriado para descrever o novo paradigma do que o termo ecológico.

Uma visão holística, digamos, de uma bicicleta significa ver a bicicleta como um todo funcional e compreender, em conformidade com isso, as interdependências das suas partes. Uma visão ecológica da bicicleta inclui isso, mas acrescenta-lhe a percepção de como a bicicleta está encaixada no seu ambiente natural e social – de onde vêm as matérias-primas que entram nela, como foi fabricada, como seu uso afeta o meio-ambiente natural e a comunidade pela qual ela é usada, e assim por diante. (CAPRA, *loc. cit.*)

Ademais, esclarece o autor, o sentido em que ele usa o termo ecológico está ligado a uma escola filosófica, que também é um movimento popular global, denominada ecologia profunda. Tal escola foi fundada, em meados da década de 70, pelo filósofo norueguês Arne Naess a partir da distinção que propôs entre *ecologia rasa* e *ecologia profunda*. A primeira, sustentada no antropocentrismo, entende os seres humanos como situados acima ou fora da natureza e atribui a ela apenas um valor instrumental (ou de “uso” da natureza). A segunda, à qual Capra se filia, não afasta os seres humanos de seu ambiente natural, ou seja, compreende o mundo “como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interligados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio na teia da vida.” (CAPRA, 1996, p. 26)

Nessa nova perspectiva, os humanos não seriam “seres superiores” dotados de um direito irrevogável de possuir a Terra e dela fazer uso e gozo, sem pensar nas consequências para a sociedade futura. Ao contrário, o indivíduo está entremeadado na rede complexa que é a teia da vida, é mais um organismo cujas ações podem afetar todos os níveis do sistema, pois

todos estão interligados. Isso implica, obviamente, o reconhecimento de que todos os indivíduos têm imensa responsabilidade nas relações com o meio-ambiente. E para podermos agir conforme esse princípio é imprescindível mudarmos a forma como pensamos o mundo. É necessário estarmos preparados para questionar cada aspecto do velho paradigma, por isso Capra, citando Naess, afirma que a essência da ecologia profunda consiste justamente em “propor questões mais profundas”. Em última análise,

a ecologia profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialistas. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte. (CAPRA, 1996, p. 26)

Outras duas importantes escolas filosóficas de ecologia citadas por Capra são a “ecologia social” e a “ecologia feminista” ou “ecofeminismo”. Longe de defender a separação, o autor propõe que se estabeleça um diálogo entre tais escolas no intuito de integrar suas abordagens numa perspectiva ecológica coerente. Aliada à base filosófica e espiritual da ecologia profunda, a ecologia social pode colaborar no sentido de prover conhecimentos sobre as características e padrões culturais de organização social responsáveis pela atual crise ecológica.

O solo comum das várias escolas de ecologia social é o reconhecimento de que a natureza fundamentalmente antiecológica de muitas de nossas estruturas sociais e econômicas está arraigada naquilo que Riane Eisler chamou de “sistema do dominador” de organização social. (CAPRA, *loc. cit.*)

Na perspectiva da ecologia social, o patriarcado, o imperialismo, o capitalismo e o racismo são exemplos de dominação exploradora e antiecológica. Por isso, no seio da ecologia social existem outras escolas das quais fazem parte grupos marxistas e anarquistas. Nesta dissertação, na sequência deste primeiro capítulo, falarei mais sobre uma dessas escolas denominada “ecossocialismo”.

Voltemos ao Capra, que fala brevemente sobre a terceira escola filosófica, a do ecofeminismo. Alerta o autor que o ecofeminismo bem poderia ser considerada uma corrente da ecologia social porque também denuncia a dinâmica de dominação social no contexto do patriarcado e estuda as relações entre o feminino e a ecologia, porém seus questionamentos vão mais além.

Os ecofeministas vêem a dominação patriarcal de mulheres por homens como um protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. Eles mostram que a exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, que têm sido

identificadas com a natureza através dos séculos. Essa antiga associação entre mulher e natureza liga a história das mulheres com a história do meio-ambiente, e é a fonte natural entre o feminismo e ecologia. (CAPRA, 1996, p.27)

Outro aspecto ressaltado por Capra diz respeito ao fato de que a transformação do paradigma vigente implica uma expansão não apenas de nossa maneira de pensar, mas também de nossos valores. As mudanças de pensamento e valores podem ser entendidas como mudanças de *auto-affirmação* para *integração*. Um pensamento auto-affirmativo tem como características a racionalidade, a análise, o reducionismo e a linearidade, em oposição à intuição, à síntese, ao holístico e a não-linearidade pertinentes ao pensamento integrativo. Na mesma lógica, temos valores auto-affirmativos baseados na expansão, competição, quantidade e dominação em divergência com os valores integrativos, cujas características seriam a conservação, a cooperação, a qualidade e a parceria.

Para o autor, basta prestarmos um pouco mais de atenção para nossa cultura industrial ocidental para vermos como enfatizamos demasiadamente as tendências auto-affirmativas em detrimento das integrativas, vezes até negligenciando estas últimas. Por exemplo, a competição, a expansão e a dominação são características dos homens “que se dão bem” na nossa sociedade.

De fato, na sociedade patriarcal, eles não apenas são favorecidos como também recebem recompensas econômicas e poder político. Essa é uma das razões pelas quais a mudança para um sistema de valores mais equilibrado é tão difícil para a maioria das pessoas, especialmente para os homens. (...) A maioria desses homens, e algumas mulheres, chegaram a considerar sua posição na hierarquia [social] como parte de sua identidade, e, desse modo, a mudança para um diferente sistema de valores gera neles medo existencial. (CAPRA, 1996, p. 28)

Esse conjunto de valores do velho paradigma cria um terreno fértil para o estabelecimento de hierarquias¹ consubstanciadas numa relação de dominação. A ecologia profunda, ao contrário, está alicerçada em valores ecocêntricos (centralizados na Terra), e sustenta “uma visão de mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana” (CAPRA, 1996, p. 28) Na perspectiva da ecologia profunda, quando os seres humanos perceberem que são membros de comunidades ligadas entre si numa rede de interdependência, estarão bem próximos de fazer surgir uma consciência cotidiana baseada num sistema radicalmente novo.

¹ O termo hierarquia aqui diz respeito às estruturas sociais, que é diferente do seu sentido dado na ciência da ecologia já referida em Odum.

Daí que essa mudança de valores implica em construir uma ética ecológica profunda que reverbere não apenas em alguns setores da vida humana, mas especialmente na ciência. Para Capra,

a maior parte daquilo que os cientistas fazem não atua no sentido de promover a vida nem de preservar a vida, mas sim no sentido de destruir a vida. Com físicos projetando sistemas de armamentos (...), com os químicos contaminando o meio ambiente global, com os biólogos pondo à solta tipos novos e desconhecidos de microorganismos sem saber as conseqüências, com psicólogos e outros cientistas torturando animais em busca do progresso científico – com todas essas atividades em andamento, parece da máxima urgência introduzir padrões “ecoéticos” na ciência. (1996, p. 28)

O pressuposto aí presente é que os valores não são periféricos à ciência, ao contrário, para Capra “constituem sua própria base e força motriz” (*loc. cit.*) Em última análise, ciência e tecnologia não são neutras em relação à produção de conhecimento.

Na realidade, os fatos científicos emergem de toda uma constelação de percepções, valores e ações humanos – em uma palavra, emergem de um paradigma. [...] os cientistas são responsáveis pelas suas pesquisas não apenas intelectualmente mas também moralmente. Dentro do contexto da ecologia profunda, a visão segundo a qual esses valores são inerentes a toda a natureza viva está alicerçada na experiência profunda, ecológica e espiritual, de que a natureza e o eu são um só. Essa expansão do eu até a identificação com a natureza é a instrução básica da ecologia profunda [...] (CAPRA, 1996, p. 29)

Essa expansão identitária de que nos fala Capra permite pensarmos que a proteção da natureza implica a proteção de nós mesmos. Por isso, essa perspectiva da ecologia profunda, ao propor uma visão baseada em valores ecocêntricos, não só vem a criticar e propor questionamentos desafiadores ao velho paradigma, como vem também apresentar uma nova proposta de organização de comunidades sustentáveis. Para o autor, “podemos aprender valiosas lições extraídas do estudo de ecossistemas [...] Para compreender essas lições, precisamos aprender os princípios básicos da ecologia. Precisamos nos tornar, por assim dizer, ecologicamente alfabetizados” (CAPRA, 1996, p. 231) Em outras palavras, é possível, ainda que se tenha claro que comunidades ecológicas são diferentes de comunidades humanas, “formular um conjunto de princípios de organização que podem ser identificados com os princípios básico da ecologia e utilizá-los como diretrizes para construir comunidades humanas sustentáveis.” (CAPRA, *loc. cit.*)

Assim, ser ecologicamente alfabetizado significa entender os princípios de organização dos ecossistemas e constituir comunidades humanas sustentáveis, sem diminuir as chances das próximas gerações. E para tanto é importante atentar para o primeiro princípio,

qual seja, o da interdependência. Tal conceito, já abordado acima, dá conta de demonstrar que todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa intrincada rede de relações, que o autor chama teia da vida. A interdependência, conceituada como “a dependência mútua de todos os processos vitais do organismo” (CAPRA, 1996, p.231), é fundamental para a ecologia profunda, afinal, o comportamento de um ser vivo no ecossistema depende do comportamento dos demais.

Outro princípio ecológico tratado pelo autor é o da natureza cíclica dos processos ecológicos. Na natureza,

os laços de realimentação dos ecossistemas são as vias ao longo das quais os nutrientes são continuamente reciclados. Sendo sistemas abertos, todos os organismos de um ecossistema produzem resíduos, mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outro, de modo que o ecossistema como um todo permanece livre de resíduos. (CAPRA, 1996, p.232)

Esse princípio traz uma lição um tanto óbvia para as comunidades humanas. Pensemos na relação entre economia e ecologia: ambas têm a mesma raiz etimológica, mas enquanto a segunda remete ao “estudo da casa”, a primeira remete ao “administrar a casa”. E aí já encontramos alguma divergência entre tais perspectivas. De acordo com Capra, enquanto a natureza é cíclica, nossos sistemas industriais de produção são lineares.

Nossas atividades comerciais extraem recursos, transformam-nos em produtos e em resíduos, e vendem os produtos a consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de ter consumido os produtos. Os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza. Para conseguir esses padrões cíclicos, precisamos replanejar num nível fundamental nossas atividades comerciais e nossa economia. (CAPRA, 1996, p.232)

Essa conclusão é bastante coerente com a proposta da ecologia profunda, e também tem relação com o que se disse acerca da interdependência. Mas outros princípios que regem as comunidades ecológicas sustentáveis são ao mesmo tempo relevantes: tais como o princípio da cooperação e parceria, o princípio da flexibilidade e o princípio da diversidade que conjuntamente vão levar à sustentabilidade.

A parceria, como característica das comunidades sustentáveis, é essencial. Para o autor,

(...) num ecossistema, os intercâmbios cíclicos de energia e recursos são sustentados por uma cooperação generalizada. [...] Nas comunidades humanas, a parceria significa democracia e poder pessoal [...] Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, também podemos utilizar o termo “coevolução” de maneira metafórica nas comunidades humanas. [...] Numa parceria verdadeira, confiante, ambos parceiros aprendem e mudam – eles coevoluem. (CAPRA, 1996, p. 234)

Essa questão da evolução remete aos outros dois princípios, o da flexibilidade e o da diversidade. Tais princípios possibilitam a formulação de questões importantes na ecologia profunda: “qual é a elasticidade dessas comunidades ecológicas? Como reagem a perturbações externas?” (CAPRA, 1996, p. 234) E são esses dois princípios que, de acordo com o autor, “permitem que os ecossistemas sobrevivam a perturbações e se adaptem a condições mutáveis.” (CAPRA, *loc. cit.*)

O princípio da flexibilidade surge como uma consequência dos múltiplos laços de realimentação num ecossistema. Um exemplo trazido pelo autor pode elucidar a questão: se num verão particularmente quente houver a proliferação de algas em um determinado lago, haverá o conseqüente aumento do número de peixes; quando o número de peixes for significativo para exaurir a população de algas, e seu alimento ficar escasso, eles voltarão a desaparecer. Assim, a perturbação inicial vai ocasionar “uma flutuação em torno de um laço de realimentação, o qual, finalmente, levará o sistema peixes/algas de volta ao equilíbrio.” (CAPRA, 1996, p.234)

O interessante é que tal processo acontece freqüentemente na natureza. Afinal, as coisas mudam a todo instante no meio ambiente, e o efeito disso é a transformação constante dos ecossistemas.

Todas as variáveis que podemos observar num ecossistema – densidade populacional, disponibilidade de nutrientes, padrões meteorológicos, e assim por diante – sempre flutuam. É dessa maneira que os ecossistemas se mantêm num estado flexível, pronto para se adaptar a condições mutáveis. A teia da vida é uma rede e sempre flutuante. Quanto mais variáveis forem mantidas, mais dinâmico será a sua flexibilidade e maior sua capacidade para se adaptar a condições mutáveis. (CAPRA, *loc. cit.*)

É claro que as flutuações ecológicas terão um limite de tolerância, cuja demarcação não conseguirá ser delineada nunca. Daí que as algumas verdades que se dizem acerca da preservação da natureza podem ser válidas para um determinado tempo e espaço, mas podem vir a tornarem-se totalmente ineficazes se alguma coisa abalar o sistema.

Além disso, ao princípio da flexibilidade se aglutina outro de também extrema relevância para subsistência do ecossistema: o princípio da diversidade.

Um ecossistema diversificado também será flexível, pois contém muitas espécies com funções ecológicas sobrepostas que podem, parcialmente, substituir umas às outras. Quando uma determinada espécie é destruída por uma perturbação séria, de modo que um elo da rede seja quebrado, uma comunidade diversificada será capaz de sobreviver e de se

reorganizar, pois outros elos da rede podem, pelo menos parcialmente, preencher a função da espécie destruída. Em outras palavras, quanto mais complexa for a rede [...] mais elástica ela será. (CAPRA, 1996, p. 235)

Tais princípios da ecologia moderna estão consubstanciados na crítica que os movimentos sociais e ecológicos fazem em relação às indústrias do agronegócio, uma vez que estas últimas optam pela monocultura, ou seja, pelo cultivo de apenas um tipo de vegetação. Assim, se a complexidade da rede possibilita a elasticidade e a consequente manutenção do ecossistema, o oposto disso pode gerar desequilíbrios que talvez cheguem a um ponto de não poderem ser revertidos. Num trocadilho, quanto menos complexa for a rede, menos elástico ela será, e como consequência os danos poderão ser mais difíceis de conter. Daí que uma das frentes de luta desses movimentos é justamente a preservação da biodiversidade, em contraponto à monocultura.

Assim, a preocupação com a salvaguarda do meio ambiente aliada à crítica ao paradigma moderno vêm a constituir as bases dos questionamentos que a ecologia profunda faz em relação à maneira como vimos travando nossa relação com o planeta e com os seres que nele habitam. Sempre tendo em mente que se não houver mudanças corremos o risco de provocarmos prejuízos irreparáveis para a vida das gerações vindouras.

1.3. Ecosocialismo

Outra corrente de pensamento que vem sendo construída desde o início deste milênio é o chamado movimento ecosocialista. Procurando aliar as idéias do socialismo de Marx com as críticas propostas pela ecologia moderna, tal movimento procura efetivar uma luta por uma nova civilização que não seja calcada na supremacia do capital e no consumo exacerbado induzido pela publicidade. O Manifesto Ecosocialista Internacional publicado nos Estados Unidos e na França, e mais recentemente o Manifesto Ecosocialista brasileiro, surgem como forma de manifestação de uma luta que vem caracterizando-se como mundial em prol da preservação do meio-ambiente e de mudanças na sociedade.

Na visão dos signatários do Manifesto Ecosocialista Internacional, “as crises ecológicas e o colapso social estão profundamente relacionados e deveriam ser vistos como manifestações diferentes das mesmas forças estruturais.” (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 85) Para o movimento, as crises ecológicas derivam da uma industrialização massiva que extrapolou a capacidade do planeta em absorver e conter a

instabilidade ecológica. E o colapso social advém “da forma de imperialismo conhecida como globalização, com seus efeitos desintegradores sobre as sociedades que se colocam em seu caminho.” (*apud* LÖWY, *loc cit*)

O sistema capitalista, grande responsável pelos desequilíbrios ecológicos e sociais, não tem condições de regular ou superar as crises que deflagrou. De forma contundente, o Manifesto argumenta que “o sistema capitalista mundial é, na linguagem da ecologia, profundamente insustentável e, para que haja futuro, deve ser fundamentalmente transformado ou substituído.” (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 86). Isso porque, para esse movimento, o capital não tem condições de resolver a crise ecológica “porque fazê-lo implica colocar limites ao processo de acumulação – uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra ‘cresça ou morra!’.” (*apud* LÖWY, *loc cit*) Ademais, pensando na questão social, o sistema capitalista, na visão do Manifesto, também não pode “resolver a crise imposta pelo terror ou outras formas de rebelião violenta, porque fazê-lo significaria abandonar a lógica do império, impondo limites inaceitáveis ao crescimento e ao ‘estilo de vida’ sustentado pelo império.” (*apud* LÖWY, *loc cit*)

O socialismo, nesta perspectiva, ainda permanece atual para a superação do capital, em que pese suas interpretações equivocadas no século XX.

Se o capital deve ser superado, uma tarefa dada como urgente considerando a própria sobrevivência da civilização, o resultado será necessariamente ‘socialista’, pois esse é o termo que designa a passagem a uma sociedade pós-capitalista. Se dizemos que o capital é radicalmente insustentável e se degenera em barbárie [...] então estamos também dizendo que precisamos construir um ‘socialismo’ capaz de superar as crises que o capital iniciou. E se os ‘socialismos’ do passado falharam nisso, é nosso dever, se escolhemos um fim outro que não a barbárie, lutar por um socialismo que triunfe. (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 87)

É por isso que, dada as novas demandas da atual conjuntura mundial, os signatários do Manifesto escolheram “nomear nossa interpretação de ‘socialismo’ como um ecosocialismo” (LÖWY, *loc cit*) E o que seria, então, o ecosocialismo? Seria a “realização dos socialismos da ‘primeira época’ do século vinte, no contexto da crise ecológica.” (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 88) O que implica em rejeitar os objetivos reformistas da social-democracia tanto quanto as estruturas produtivistas e burocráticas do socialismo. Em outras palavras, consoante o Manifesto,

O ecosocialismo insiste em redefinir a trajetória e objetivo da produção socialista em um contexto ecológico. Ele o faz especificamente em relação aos ‘limites de crescimento’ [...]. Isso sem, no entanto, impor escassez, sofrimento ou repressão à sociedade. O objetivo é a transformação das necessidades, uma profunda mudança

de dimensão qualitativa, não quantitativa. Do ponto de vista da produção de mercadorias, isso se traduz em uma valorização dos valores de uso em detrimento dos valores de troca [...] (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 88)

A produção ecológica na perspectiva ecosocialista pode fornecer as bases para a superação das crises atuais. É claro que os signatários do Manifestam reconhecem que suas recomendações levantam muitas questões de ordem teórica e prática, além do desalento em pensar no quanto elas seriam remotas na atual conjuntura do mundo, “tanto no que se refere ao que está baseado nas instituições quanto no que está registrado nas consciências.” (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 89) E reconhecem que o objetivo do projeto

não é nem detalhar cada passo desse caminho nem se render ao adversário devido à preponderância do poder que ostenta [mas] em desenvolver a lógica de uma suficiente e necessária transformação na atual ordem e começar a dar os passos intermediários em direção a esse objetivo. [...] Se existe algum mérito nesses argumentos, então ele precisa servir para que práticas e visões semelhantes germinem de maneira coordenada em diversos pontos do globo. O ecosocialismo será universal e internacional, ou não será. As crises de nosso tempo podem e devem ser vistas como oportunidades revolucionárias, e como tal temos o dever de afirmá-las e concretizá-las. (Manifesto Ecosocialista Internacional *apud* LÖWY, 2005, p. 89-90)

Criada no dia vinte e sete de janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial, a Rede Brasil de Ecosocialistas “constitui-se por uma articulação de militantes ecosocialistas, que nas diferentes esferas da ação política atuarão de acordo com os princípios e a reflexão teórica e programática construída pelo referencial do ecosocialismo.” (Declaração de princípios e objetivos da Rede Brasil de Ecosocialistas *apud* LÖWY, 2005, p. 91) Partindo do pressuposto de que a crise ecológica é um fenômeno global, mas que “deve ser tratado local e mundialmente, com a mesma intensidade” (LÖWY, *loc. cit*), o movimento incrementa a luta contra a ofensiva do capital em transformar tudo em propriedade, inclusive a biodiversidade, na medida em que impõe produtos transgênicos, privatiza, mercantiliza e controla as reservas florestais e a água.

A Rede Ecosocialista defende que o ambiente não é propriedade dos indivíduos, grupos ou empresas... E nem mesmo de uma só espécie.

para que cada ser humano existente no planeta [tenha] os mesmos direitos dos elementos ambientais e sociais de que necessita e que, quando estes forem limitados, ou mesmo insuficientes, a divisão [seja] justa e planejada, e nunca definida por guerras, competição e outras formas de disputa. [...] compreende que a humanidade deve limitar e adequar as suas atividades produtivas, respeitando os outros seres e processos de manutenção da vida no planeta. (*apud* LÖWY, 2005, p.92)

Um dos pioneiros na luta que uniu os princípios socialistas à questão ecológica, que muito inspirou a construção do movimento ecossocialista, chama-se Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido mundialmente como Chico Mendes.

Seringueiro por profissão, Chico Mendes descobre o marxismo na década de 60, ao conhecer o veterano comunista Euclides Fernandes Távora, que fora partidário de Luís Carlos Prestes. Em 1975, junto com Wilson Pinheiro, funda o sindicato dos trabalhadores rurais de Brasília e, em 1977, o sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, sua terra natal.

Nesse período Chico Mendes vai inaugurar uma nova forma de luta não-violenta ainda inédita no mundo: os *empates*. Tal forma de ação se constitui em “centenas de seringueiros, com suas mulheres e filhos, que se dão as mãos e enfrentam, sem armas, os buldôzers das grandes empresas interessadas no desmatamento, na derrubada das árvores.” (LÖWY, 2005, p. 9) Configura-se assim a fotografia: de um lado os trabalhadores da floresta e do outro os latifundiários, as empresas do agronegócio, madeireiras e pecuaristas cujas intenções são derrubar as árvores para exportar a madeira e/ou para criar gado e substituir a floresta por grandes plantações de monocultura. Esses se configuravam como um inimigo poderoso, pois contavam com o braço político da UDR e com o braço armado dos jagunços, pistoleiros mercenários, além de inúmeras cumplicidades da polícia, da justiça e do governo, tanto federal, estadual quanto municipal.

É também por essa época que Chico Mendes começa a receber as primeiras ameaças de morte, e em 1980, Wilson Pinheiro, seu companheiro de lutas, é assassinado. Esse episódio, segundo o próprio Chico Mendes, em sua entrevista autobiográfica, deixou os trabalhadores em desespero. Percebendo que os mandantes do crime restariam impunes, os trabalhadores buscaram um dos fazendeiros e mandantes da morte de Pinheiro, e a partir de um julgamento sumário optaram pelo fuzilamento.

Mas, aí, a Justiça funcionou desta vez, de uma forma muito brava. Durante 24 horas, dezenas, centenas de seringueiros foram presos, torturados, alguns de unha arrancada com alicate. A Justiça funcionou porque tinha sido uma reação do pequeno contra o grande. (*Chico Mendes por ele mesmo*, Rio de Janeiro, FASE, 1989, p.19 *apud* LÖWY, 2005, p.10)

E outras vezes, em 1980 e 1982, Chico Mendes fora acusado de incitação à violência conforme a Lei de Segurança Nacional, vigente desde a ditadura militar, e levado a julgamento a pedido dos fazendeiros que procuravam relacioná-lo ao fato. Entretanto, acabou sendo absolvido nos Tribunais Militares por falta de provas.

Em 1985, Chico Mendes organiza o primeiro Encontro Nacional de Seringueiros, recebendo apoio do PT (Partido dos Trabalhadores), da Pastoral da Terra, da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), que também está em formação por essa época. De acordo com Löwy, é nesse período que a luta dos seringueiros e dos outros trabalhadores que vivem da extração (castanha, babaçu, juta) vai convergir com o das comunidades indígenas e grupos camponeses diversos, fazendo surgir a Aliança dos Povos da Floresta.

Assim, pela primeira vez, seringueiros e indígenas, que até então vinham travando disputas entre si, unem-se para enfrentar um inimigo em comum representado pelo latifúndio e capitalismo agrícola. Essa união entre movimentos sociais diferentes em prol de uma luta em comum, também estará configurada nos discursos produzidos a partir do acontecimento promovido pelas Mulheres da Via Campesina, uma vez que elas procuravam denunciar, dentre outras coisas, a ação da empresa Aracruz frente aos Índios e Quilombolas no estado do Espírito Santo.

Em 1987, Chico Mendes passa a ser conhecido internacionalmente quando, a convite de organizações ambientalistas, dá seu testemunho em reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nesta oportunidade, ele “denuncia que o desmatamento da Amazônia era resultado dos projetos financiados pelos bancos internacionais.” (LÖWY, 2005, p. 13) Pouco tempo depois ele ganha, das Nações Unidas, o Prêmio Ecológico “Global 500”.

O reconhecimento pela sua luta veio consolidar que “seu combate era, ao mesmo tempo, social e ecológico, local e planetário, ‘vermelho’ e ‘verde’.” (LÖWY, 2005, p.13). Por essa razão é que o autor vai considerar Chico Mendes como o precursor que consolidou a convergência entre “socialismo e ecologia, reforma agrária e defesa da Amazônia, lutas camponesas e lutas indígenas, a sobrevivência de humildes populações locais e a proteção de um patrimônio da humanidade” (LÖWY, 2005, p. 15-16)

Sonhador e utopista, infelizmente Chico Mendes não sobreviveu para ver o quanto suas ações ainda reverberam pelo mundo e continuam a inspirar novas lutas. Ele foi assassinado em 1988.

Um autor contemporâneo e defensor do movimento ecossocialista é Michael Löwy. Nascido em São Paulo em 1938, formou-se em Ciências Sociais pela USP em 1960 e doutorou-se na Sorbonne em 1964 com uma tese sobre o jovem Marx. A cerca de 30 anos mora em Paris, onde é diretor de pesquisas no CNRS (*Centre National de La Recherche Scientifique*). É autor de várias obras importantes, dentre as quais se destacam *Método*

Dialético e teoria política, Marxismo e teoria da libertação, As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen, Ideologia e Ciência Social entre outras.

O livro que pretendo aqui discutir é intitulado *Ecologia e Socialismo* e nele Löwy fala de como é possível conceber uma leitura ecológica de Marx e quais concepções marxistas exigem uma “revisão” em função dos desafios do século XXI. Para tanto parte de, pelo menos, três constatações:

- a) os temas ecológicos não ocupam lugar central no dispositivo teórico marxiano; b) os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre as sociedades humanas e a natureza estão longe de serem unívocos, e podem portanto ser objeto de interpretações diferentes; c) a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical. (LÖWY, 2005, p. 19-20)

Assim, a partir dessas premissas é que o autor vai procurar trazer algumas reflexões acerca das “contradições presentes nos textos fundadores do materialismo histórico, sublinhando, entretanto, as pistas deixadas por eles para uma ecologia de inspiração marxista.” (LÖWY, 2005, p.20)

Ele começa por tratar da crítica que os ecologistas fazem frente ao pensamento de Marx e Engels. Segundo Löwy, os ecologistas descrevem-nos “como partidários de um humanismo conquistador, ‘prométeico’, que opõe o homem à natureza e que faz dele o mestre e o senhor do mundo natural.” (2007, p. 20). Löwy reconhece que em muitas obras dos dois autores marxistas existem muitas “referências ao ‘controle’, à ‘supremacia’ ou mesmo à ‘dominação’ sobre a natureza.”, entretanto o autor sustenta que tais termos remetem “simplesmente ao conhecimento das leis da natureza.” (LÖWY, *loc cit*)

Pode-se dizer, portanto, que há um naturalismo patente em Marx, desde seus primeiros escritos, ou seja, há uma “visão de ser humano como um ser natural, inseparável de seu ambiente natural.” (LÖWY, 2005, p.20) E para comprovar, traz uma citação do próprio Marx, retirada dos *Manuscritos de 1844*: “Dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissoluvelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão que a natureza está indissoluvelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza.” (MARX, 1962, p. 62-87 *apud* LÖWY, 2005, p. 21)

E em Engels esse naturalismo serve de base para uma crítica frente à atividade humana predatória sobre o meio ambiente. Em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1877), ele antecipa a idéia de interdependência entre o homem e a natureza, tomando como ponto de partida a dialética materialista. O ecológico vai estar entremeado na proposta de

Engels, e a natureza vai além de traçar caminhos, digamos, “naturais”, vai adquirir historicidade.

todo ser orgânico é, a qualquer instante, ele mesmo e outro; a todo instante, assimila matérias absorvidas do exterior e elimina outras do seu interior; a todo instante, morrem certas células e nascem outras em seu organismo; e no transcurso de um período mais ou menos demorado a matéria de que é formado renova-se totalmente, e novos átomos de matérias vêm ocupar o lugar dos antigos, por onde todo o seu ser orgânico é, ao mesmo tempo, o que é e outro diferente.

[...] A natureza é a pedra de toque da dialética, e as modernas ciências naturais nos oferecem para essa prova um acervo de dados extraordinariamente copiosos e enriquecidos cada dia que passa, demonstrando com isso que a natureza se move, em última instância, pelos caminhos dialéticos e não pelas veredas metafísicas, que não se move na eterna monotonia de um ciclo constantemente repetido, mas percorre uma verdadeira história. (ENGELS, 1891)

Em outro texto de Engels, ele claramente critica a relação predatória que o homem tem com o meio ambiente:

Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. Para cada uma destas vitórias humanas, a natureza se vinga de nós. É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instâncias ela tem efeitos diferentes, inesperados. [...] Os fatos nos lembram a todo instante que nós não reinamos sobre a natureza do mesmo modo que um colonizador reina sobre um povo estrangeiro, como alguém que está fora da natureza, mas que nós lhe pertencemos com nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que nós estamos em seu seio e que toda a nossa dominação sobre ela reside na vantagem que levamos sobre o conjunto das outras criaturas por conhecer suas leis e por podermos nos servir dela judiciosamente. (ENGELS, 1876)

Assim, a crítica feita pelos ecologistas, qual seja, a de que Marx e Engels defendem o produtivismo, na visão de Löwy não se sustenta. Para o este autor, tal acusação não é justificada, pois ele acredita que

ninguém denunciou tanto quanto Marx a lógica capitalista de produção pela produção, a acumulação de capital, de riquezas e mercadorias como um fim em si. (...) O objetivo supremo do progresso tecnológico para Marx não é o crescimento infinito de bens (‘o ter’) mas a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (‘o ser’). (LÖWY, 2005, p. 24)

O que Löwy crê faltar na concepção de Marx e Engels é uma noção geral dos limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas. Ainda que se encontre “uma intuição do potencial destrutivo que elas têm”, como numa passagem de *A ideologia alemã*, a idéia não é desenvolvida pelos autores. Entretanto, “em certas passagens relativas à agricultura, vemos esboçar-se uma verdadeira problemática ecológica, e uma crítica radical das catástrofes resultantes do produtivismo capitalista.” (LÖWY, 2005, p.24)

Numa passagem de *O Capital*, Marx aborda a questão agrária aliada à questão das devastações provocadas pelo capital sobre o meio ambiente.

a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoadas em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura (*unheilbaren Riss*) no contexto do metabolismo (*Stoffwechsel*) social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça (*verschleudert*) a força da terra (...) Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta (*verwüestet*) e arruína a força de trabalho e por isso a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra. (MARX, 1894)

Desta feita, em última análise, para Löwy, a relação entre a exploração do proletariado e a da natureza, a respeito de seus limites, abre margem para a articulação entre luta de classes e luta em defesa do meio ambiente. Ademais, para o autor, ainda que falte a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto,

é impossível pensar em uma ecologia crítica a altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital. Uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica ao fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos “excessos” do produtivismo capitalista.” (Löwy, 2005, p.37-38)

É nesse sentido que a proposta ecosocialista implica uma radical ruptura com a civilização material capitalista. “O projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização.” (LÖWY, 2005, p. 40) E para isso é necessário uma *mudança qualitativa* do desenvolvimento. É imprescindível e urgente pôr fim no desperdício dos recursos, fundado na produção, em grande escala, de produtos inúteis e nocivos, como por exemplo, a indústria da guerra ou as usinas nucleares.

Em última análise, trata-se de uma questão *ética social*, ou seja,

(...) não é uma ética dos comportamentos individuais, não visa culpabilizar as pessoas (...) é importante que os indivíduos sejam educados para respeitar o meio ambiente e recusar o desperdício, mas o verdadeiro jogo se joga noutra parte: na mudança de estruturas econômicas e sociais capitalistas/comerciais, no estabelecimento de um novo paradigma de produção e distribuição, fundado em levar em conta as necessidades sociais – notadamente a necessidade vital de viver num ambiente natural não degradado.” (LÖWY, 2005, 73)

Portanto, é trazendo excertos das obras de Marx e Engels, seguidos de reflexões, que Löwy propõe uma leitura ecológica da proposta socialista, ou seja, alenta que os temas ecológicos ainda que não ocupem lugar central na teoria marxista estão nela presentes; que os escritos de Marx e Engels podem ser interpretados levando em conta a atual crise ecológica; e que não há como fazer uma crítica ao sistema capitalista sem levar em conta uma perspectiva ecológica radical.

2. O acontecimento e sua constituição na discursividade

Este foi o momento em que se fez realidade o potencial humano para a expansão da consciência mais além do ego. Antes deste momento a consciência humana estava no inconsciente coletivo. Este momento, 1969, foi a primeira luz atravessando a porta da memória de que todos somos um só ser, um só planeta. Portanto, todos os sistemas são manifestações de um só sistema. Ainda quando os grandes mestres espirituais de todas as épocas tenham anunciado este ponto, nunca antes se havia podido captar, pela experiência, até que foi visto na televisão, em 1969.

Valum Votan – José Argüelles

José Argüelles - Valum Votan está se referindo à imagem da Terra vista de outro ponto de vista: a da nave espacial dos primeiros astronautas a pisarem na lua. Era a primeira vez que a humanidade vislumbrava a Terra da perspectiva do espaço sideral. Tal novo lugar de observação fez produzir uma onda de consciência de que o planeta Terra faz parte de um complexo e perfeito sistema cósmico, e que os indivíduos são apenas uma parte (importante), porém ínfima do universo. O ano de 1969 foi significativo em função desse acontecimento por propiciar uma mudança da perspectiva de observação dos fatos.

Algo similar ocorre com a publicação da primeira obra acadêmica sobre Análise do Discurso (AD), gerida no contexto de alvoroço político do ressonante maio de 68 na França, período de efervescente questionamento, especialmente no âmbito da ciência e das instituições. Também aqui houve uma mudança de perspectiva quanto à observação dos fatos pela ciência da linguagem, uma vez que houve a ultrapassagem dos limites das formas lingüísticas através da incorporação de elementos exteriores a ela. Tais elementos são concebidos, nessa nova visão, como constitutivos da estrutura, diferentemente dos estudos essencialmente estruturalistas que, mesmo tendo instaurado e consolidado um novo paradigma, fazendo surgir novas práticas de leitura aplicadas aos monumentos textuais, esgotavam-se na observação do funcionamento interno da língua. Segundo Pêcheux,

as abordagens estruturalistas tomavam o partido de descrever os arranjos textuais discursivos na sua intrincação material e, paradoxalmente, colocavam assim em suspenso a produção de interpretações (de representações de conteúdos, Vorstellungen) em proveito de uma pura descrição (Darstellung) desses arranjos. (2002, p.44)

O estruturalismo lingüístico foi o mote de inspiração de cientistas de diversas áreas do conhecimento. De acordo com Ferreira,

a Lingüística em seu papel de ciência-piloto das ciências humanas tinha condições de fornecer aos aficionados da nova corrente as ferramentas essenciais para a análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e aos ditames da ciência, tão valorizada na época. (2005, p. 13)

O avanço dessa corrente, durante as décadas de 50 e 60, portanto, constituiu uma forma de pensar na qual a questão da subjetividade estava excluída dos processos de análise lingüística. Não apenas o sujeito foi eliminado, mas também a história, o mundo e o sentido. Para Ferreira, “esse foi o preço a pagar pelos defensores do paradigma estrutural para a ruptura com a fenomenologia, o psicologismo e a hermenêutica.” (2005, p. 13) Diante dessa conjuntura intelectual da época, a proposta de Pêcheux de reinserir nos estudos da linguagem a relação entre língua, história e sujeito foi uma forma de ruptura com o atual estado de arte da ciência produzida à época. E é essa exterioridade que o autor vai problematizar, trazendo para arena dos estudos lingüísticos o conceito de discurso.

No livro intitulado *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), obra inaugural da Análise do Discurso, Pêcheux vai definir a AD como aquela que articula três regiões de conhecimento científico, a saber: o Materialismo Histórico, a Lingüística e Teoria do Discurso, perpassados por uma concepção de sujeito advinda da Psicanálise freudo-lacanianana.

Da Lingüística, Pêcheux traz o objeto “língua”. Entretanto, ao ser incorporado no construto teórico da AD, deixa de ser um sistema fechado, transparente e autônomo para adquirir uma autonomia relativa. Para o autor, a língua é a “base comum de processos discursivos diferenciados” (1995, p. 91).

O trabalho dos sentidos na instauração desses processos discursivos, portanto, considera-a da ordem do material, da opacidade, da possibilidade de equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade nela inscrita. (FERREIRA, 2005, p. 17).

É isso, então, que faz a AD ser revolucionária nas questões que propõe à Lingüística estruturalista: a inclusão da questão da subjetividade e da historicidade. O sujeito passa a ser apresentado como um sujeito clivado, descentrado, interpelado ideologicamente e materialmente constituído na linguagem, o que vem a ser bem diferente do sujeito que a lingüística formal trabalha, qual seja, o sujeito do “cogito”, vive a ilusão de ser a origem do seu dizer e a fonte do sentido. Considerar a língua em sua relação com o sujeito e com a história leva a afirmar que o sentido não está fixado previamente como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um, isto é, para a AD, há uma determinação histórica nos processos de produção de sentido.

Pelo fato de considerar a história não como uma ciência-prática, mas sim como uma disciplina de interpretação é que a AD vai se construir como uma semântica discursiva. E seu objeto de estudo vai ser o discurso, ou nas palavras de Pêcheux, o “efeito de sentido entre locutores”, que se estabelece a partir do entrecruzamento entre o acontecimento, a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação.

Para Pêcheux (2002, p.50), trabalhar levando em conta esse entrecruzamento implica “um certo número de exigências”. A primeira delas consiste em considerar a descrição não como uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica que se confunde com a interpretação, ao contrário, supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala, qual seja: o real da língua. Diante disso,

A consequência [...] é que toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual [...] - está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo o enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2002, p. 53)

Considerando essa tensão entre a descrição do acontecimento histórico promovido pelas mulheres camponesas e dos textos a ele relacionados e a interpretação dos possíveis efeitos de sentido, advindos dessa intersecção, passo ao relato do feito das mulheres frente à empresa de celulose.

2.1 A ação

Era madrugada do dia 8 de março de 2006 - Dia Internacional da Mulher - quando mais de mil e quinhentas mulheres camponesas ligadas à Via Campesina e ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil) tomaram o Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro no estado do Rio Grande do Sul. Deslocando-se pelas rodovias adjacentes, num plano bastante elaborado, não foram surpreendidas pelo poder de vigilância do Estado e executaram a proposta de sua ação com a maior eficiência já vista em investida de movimentos sociais organizados.

Após renderem os dois seguranças do local, saíram a fazer aquilo que acreditavam precisar ser feito: destruir o viveiro de mudas de eucalipto geneticamente modificadas e as instalações do laboratório mantido pela empresa. Como um furacão *a là Katrina*, em cerca de três horas, elas aniquilaram aproximadamente um milhão de mudas prontas para serem plantadas e deixaram atrás de si um rastro de destruição e um tanto de esperança e revolta.

Tudo se deu de forma tão sincrônica e inesperada que o desalento da polícia rodoviária por nem sequer ter visto os ônibus transformou-se em frustração e vergonha. Surgiu em cena a disputa pelas (des)culpas: era vergonhoso para os representantes do governo justificarem como uma ação tão bem planejada, grande e eficaz passou despercebida pela vigilância do estado. A ação das camponesas foi algo realmente inesperado. Mulheres. Apenas aquelas mulheres. E elas sabiam o que estavam fazendo e por quê.

A partir dessa façanha, uma série de enunciados foram proferidos e impressos nos veículos de comunicação. A investida frente à Aracruz Celulose desencadeou intensas arguições, e pelo fato de não ter sido antecipada e prevista, a ação foi instantaneamente comparada a um ato de vandalismo.

A divulgação de cenas dramáticas de destruição das instalações da empresa com base na perspectiva capitalista de proteção da propriedade privada levada, muitas vezes, ao extremo, através do uso de agressões físicas e verbais a todo aquele que atenta contra ela, contribuíram para consolidar apenas um ponto de vista sobre a ação das mulheres. Devido não apenas ao ato em si, mas também pela forma como foi noticiado e divulgado na mídia, todo esse conjunto de enunciados e imagens veiculados nos principais jornais do país deram conta de esvaziar o conteúdo e as reivindicações ambientalistas e políticas das militantes para abordar apenas os danos materiais que restaram.

Por isso, a ação das mulheres da Via Campesina representa um acontecimento discursivo, ou seja, uma ruptura nas formas de enunciar no âmbito do discurso ecológico, instaurando novas formas de dizer e denunciar. A ação por elas intentada veio a romper com uma ordem do discurso sustentada pelas grandes empresas produtoras de celulose na qual o desenvolvimento a qualquer custo é imposto sem se questionar e divulgar devidamente as consequências ecológicas que tais empreendimentos podem acarretar para a vida no planeta.

Reescrevo aqui algumas manchetes, publicadas no dia seguinte ao acontecimento, de três jornais importantes do cenário midiático brasileiro: Folha Online (São Paulo), Correio do Povo (Porto Alegre) e Diário Popular (Pelotas): “*Mulheres depredam fábrica de celulose no RS*” (Folha Online, 8/3/2006); “*Vandalismo prejudica décadas de pesquisa*” (Correio do Povo, 9/3/2006); “*Horto florestal sofre invasão e destruição*” (Correio do Povo, 9/3/2006);

“*Sem-terra invadem e destroem viveiro da Aracruz*” (Diário Popular, 9/3/2006); “*Sem-terra destroem Aracruz*” (Diário Popular, 9/3/2006).

Como se pode observar tais manchetes apresentam elementos reincidentes, que fazem parte, pode-se dizer, de uma mesma esfera semântica. São eles: *depredam*, *Vandalismo*, *invasão e destruição* e *invadem e destroem*. Essas construções, sejam elas nominais ou verbais, mantêm uma identidade semântica relacionada à ação ou resultado de ação e simultaneamente à atitude de julgamento.

Dessa forma, a mídia imprime certas interpretações ao designar determinados acontecimentos e os responsáveis por tais acontecimentos. Conforme sustenta Rajagopalan, “é no uso político de nomes e de apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidade e acontecimentos.” (2003, p. 82)

Por isso, é lícito afirmar que, neste caso, a mídia “dominante” assumiu uma posição muito mais próxima da empresa do que do movimento social, atitude que, diga-se de passagem, não soaria como algo particularmente novo no que diz respeito às relações da mídia com movimentos sociais, tais como MST e Via Campesina.

No entanto, em relação ao MST, a mídia, forçosamente, teve que lhe ceder um espaço, fato que ainda não acontece com a Via Campesina. Indursky (2003), num artigo sobre a argumentação da mídia referente à relação entre os proprietários de terra e o MST, identifica esse espaço conquistado pelo MST como *lugar-fronteira*. De acordo com a autora, desde os tempos do Brasil colônia, quem tem o direito de falar sobre a questão da terra é o proprietário, a quem é outorgada a posição de *sujeito de direito*, restando aos sem-terra o *não-lugar*, ou seja, o lugar do excluído. E esse *lugar-fronteira* vai se materializar no discurso da mídia. Para a autora,

o grande problema que se estabelece no cenário político brasileiro, no que concerne ao litígio que envolve *proprietários rurais*, de um lado, e os *sem-terra*, de outro, consiste no fato de que *os primeiros* não reconhecem a existência dos segundos como seus interlocutores e não o fazem por *não entendê-los qualificados para o diálogo*. Ou seja: não reconhecem nos *sem-terra* um *sujeito de direito*. E se não os reconhecem, a *cena discursiva* de interlocução não se constitui, não sendo possível, por essa razão, estabelecer um funcionamento argumentativo ao nível do fio do discurso, próprio da argumentação interlocutiva. (INDURSKY, 2003, p. 56)

O mesmo embate ocorre entre a Aracruz e a Via Campesina, impedindo a constituição de uma cena discursiva de interlocução, uma vez que a primeira não reconhece a segunda como interlocutora. Esse não-reconhecimento deriva-se de posições-sujeito advindas

de formações discursivas fundadas a partir de elementos da memória discursiva diferentes e/ou antagônicos e que se materializam nos enunciados produzidos.

Portanto, tais enunciados, no caso, relacionam-se à memória discursiva, ou seja, a todas as formulações já existentes sobre Reforma Agrária, Movimento dos Sem-Terra, latifúndio, monocultura, etc, que não se restituem, no entanto, como frases escutadas no passado e retomadas por julgamento de verossimilhança, mas sim como operações parafrásticas.

De acordo com Orlandi, quando se pensa a linguagem na perspectiva discursiva é difícil estabelecer limites exatos entre o mesmo e o diferente, por isso as noções de paráfrase e polissemia são relevantes na AD. Para a autora,

todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. [...] Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2003, p. 36)

Por isso, a problemática da memória, para Pêcheux, consiste em “saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’” (1999, p.52), mas que por tais enunciados circundam e adentram.

Outras questões, como as conseqüências da plantação de eucalipto para o meio-ambiente; as repercussões disso no consumo dos recursos naturais; a discussão acerca do solo e das sementes crioulas e transgênicas; o significado de a ação ter se desencadeado *por* mulheres no dia 8 de março; o porquê ser a Aracruz; etc, que deveriam ter sido problematizadas foram, praticamente, apagadas e relegadas. Os enunciados produzidos, portanto, foram condizentes com uma ordem do discurso capitalista, de enaltecer a violência do ato em si, gerar medo e revolta e deixar o mais importante no âmbito do silêncio.

Além disso, representantes do governo do estado e a mídia, à época, enfatizavam que a sociedade gaúcha, em prol da manutenção da ordem, não poderia se conformar com tal ato de brutalidade e violência. “O governador em exercício, Antônio Hohlfeldt, *classificou de provocação e bandidagem* a invasão do Horto Florestal da empresa Aracruz Celulose” (Diário Popular, 9/3/2006); “O governador em exercício Antônio Hohlfeldt *qualificou o ato de ‘provocação e bandidagem’*.” (Correio do Povo, 9/3/2006); “O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, representante das correntes de esquerda do PT no governo Luiz Inácio Lula da Silva, *condenou a invasão*, dizendo que ela ‘em nada contribui pela busca da reforma agrária’.” (FolhaOnline, 8/3/2006); “O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel

Rosseto, *considerou violenta a ação* em Barra do Ribeiro, acrescentando que deve ser tratada ‘no âmbito do judiciário’.” (Correio do Povo, 9/3/2006). “Basta! O *bárbaro episódio de vandalismo* contra o horto florestal da Aracruz Celulose é o ápice de uma série infausta de provocações. [...] *O Rio Grande do Sul tem convivido tempo demais* com atentados á lei, à ordem pública, às instituições e à propriedade privada. (...) *Os gaúchos estão cansados. Não faltará o apoio da sociedade* para que as autoridades cumpram sua obrigação constitucional de garantir a ordem pública.” (Correio do Povo, 9/3/2006). Tais enunciados revelam que a mídia e os representantes do governo assumiram um lugar do qual podiam julgar e falar em nome da sociedade: agiam como porta-vozes do povo. E isso coloca a questão do funcionamento discursivo da figura do porta-voz, entendida, conforme Zoppi-Fontana “como uma das formas históricas de representação do sujeito de enunciação.” (1997, p. 20). Para a autora,

a figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através do qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como visível de um de *nós* em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (Pêcheux, 1982). (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20)

A partir desse funcionamento discursivo da figura enunciativa do porta-voz, a mídia e os representantes do governo (e não do povo), deram conta de consolidar um discurso “quase consensual” sobre a ação violenta das mulheres camponesas, condenando-as com suas designações (ideológicas) impressas, sem levantar a problemática ecológica e o impacto ambiental das monoculturas de eucalipto na biosfera. Podemos perceber duas posições diferentes em relação a mesma ação: de um lado encontra-se a mídia, o governo e empresa de celulose a enaltecer o ato de violência em si e, de outro, os movimentos sociais procurando resgatar uma memória, ou seja, trazer à tona aquilo que não foi dito, e que, além disso, precisava ser denunciado.

Diante desse quadro, o movimento das mulheres da Via Campesina publicou e divulgou na internet um texto, em forma de manifesto, intitulado *O que não foi divulgado no caso Aracruz*, no qual procurava denunciar esse silenciamento – proposital – da mídia dominante e dos representantes do atual governo acerca das questões que elas estavam levantando com aquela ação. Esse texto foi distribuído por diversos movimentos sociais:

Movimento dos Sem Terra (MST)², Movimento das Mulheres Camponesas (MMC –Brasil)³, dentre outros.

As quatro páginas do documento não se apresentam como uma justificativa e muito menos como um pedido de desculpas. Ele é escrito para denunciar tal silenciamento e revelar as razões e os argumentos do movimento para tamanha empreitada. Ele é destinado à sociedade e vem perguntar justamente “por que ninguém se perguntou” porque aquelas mulheres – *jovens, mães e avós* – desencadearam um ato organizado na madrugada do dia 8 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher. Como nem mídia e nem governo havia se perguntado, ou pelo menos não publicamente, elas então resolveram esclarecer e denunciar algumas coisas. E que coisas? Isso também foi silenciado.

As coisas denunciadas dizem respeito à forma como a Aracruz (e outras grandes indústrias de celulose) mantém relação com o planeta Terra. No texto, as mulheres colocam-se numa posição de defesa da vida, da natureza, do respeito à diversidade e alertam para o fato de a cadeia de produção de celulose ser uma atividade que traz muita destruição ambiental.

Há repercussões graves sobre a água, o solo, a fauna e flora nativas, sem mencionar a questão da concentração de grandes quantidades de terra nas mãos de uma só empresa, da monocultura, da clonagem, do dinheiro público recebido para instalação das fábricas, etc. O papel produzido é destinado à exportação: mais de 95% da produção é destinada ao mercado exterior. De acordo com Teixeira Filho, “um terço da produção mundial de papel serve para escrever ou imprimir e a maior parte serve para publicidade e propaganda não autorizada” (2008, p.35) Diante disso é lícito dizer que grande parte do papel produzido no mundo serve para sustentar a publicidade, e outra grande quantidade para sustentar a burocracia. Sustentáculos de um sistema de mundo baseado no consumo excessivo.

No texto do movimento das mulheres camponesas há muitas e importantes questões ecológicas que devem ser reveladas e discutidas pela sociedade. As consequências ambientais para a ecosfera podem ser irreversíveis. Diante dessas informações divulgadas pelo movimento, fui buscar na página da internet da Aracruz Celulose⁴ o que a empresa tinha a dizer sobre o acontecimento e o que (e se) tinha algo a esclarecer sobre aquilo que as mulheres estavam procurando denunciar com a ação que promoveram.

² www.mst.org.br

³ www.mmcbrasil.com.br

⁴ www.aracruz.com.br

Havia dois textos que falavam sobre o acontecimento: um deles intitulado *Invasão no Horto Florestal da Barba Negra*, e outro intitulado *Destruição do viveiro da Aracruz no RS tem ampla repercussão e gera manifestações de apoio à empresa*. O primeiro texto se apresenta como um relato de três parágrafos do acontecido e dos danos materiais ocorridos nas instalações, havendo inclusive fotos. Há um subtítulo – *Sobre a Aracruz* - seguido de mais um parágrafo descrevendo brevemente a empresa, num relato bastante sucinto de duas páginas.

O segundo texto divulgado, contendo dez páginas, começa com um parágrafo escrito pela empresa seguido de mais de quarenta notícias publicadas nos jornais de vários estados do Brasil. Alguns exemplos: O Globo, Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Monitor Mercantil, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Valor Econômico, Agora São Paulo, Zero Hora, Correio do Povo, dentre outros. As seis primeiras manchetes divulgadas consistem nos seguintes dizeres: *Sem-terra encapuzados fazem vandalismo no RS; Destruição; Ameaça ao investimento de U\$\$ 1,2 bilhão; Autodestruição de imagem; Vandalismo e impunidade; Condenação uníssona*, em que se repete a presença de termos desabonadores referentes à ação das mulheres.

Ao ler os textos divulgados tanto pelo movimento das mulheres da Via Campesina como pela empresa Aracruz, percebe-se que entre os dois sujeitos não se instaura exatamente uma situação de interlocução, considerada como um espaço no qual um sujeito A fala a um sujeito B sobre certo assunto C. Em verdade, os textos têm como interlocutor a sociedade, e mesmo tendo como mote o mesmo acontecimento, referem-se a ele de diferentes formas.

Diante desse aspecto, pode-se constatar que, entre esses sujeitos – o movimento das mulheres camponesas e a empresa de celulose –, instaura-se uma relação jurídica. Eles ocupam lugares jurídicos opostos, dado que um assume o lugar de lesante e o outro de lesado e, mesmo quando falam dessa posição, não assumem exatamente os lugares de interlocutores um frente ao outro. Ou seja, essa relação denota não apenas que há de fato um processo judicial instaurado para investigar o crime de dano, mas também que os textos produzidos não se configuram como um diálogo em sentido estrito, caracterizando uma situação de interlocução. O texto das mulheres não é dirigido diretamente à Aracruz e nem vice-versa.

A partir da observação desse aspecto, instituí o primeiro recorte da análise, qual seja, trabalhando apenas com os textos daqueles que ocuparam o lugar de partes no acontecimento, e que escreveram um texto para dizer algo sobre aquilo que fizeram, no caso das mulheres, e aquilo que sofreram, no caso da Aracruz.

Em verdade o *corpus* empírico foi composto, num determinado momento do meu trabalho, por diversos textos tais como: notícias de jornais impressos e virtuais, entrevistas e pronunciamentos de representantes do governo (do estado e do país) e de representantes de outros movimentos sociais e sindicatos, discursos proferido na tribuna popular por deputados e vereadores, textos divulgados pelos partidos políticos tanto de “esquerda” como de “direita”, cartas do leitor publicadas em jornais, declarações de pessoas publicamente conhecidas, etc. Enfim, textos que foram divulgados, contendo toda a sorte de opiniões acerca da ação impetrada pelas mulheres camponesas, fato que só vem comprovar que a ação das mulheres realmente repercutiu no Brasil e no mundo, sacudindo as instituições.

Na AD, a preocupação do analista não é com a exaustividade horizontal em relação à quantidade dos dados, mas sim com a exaustividade vertical da análise. Por isso, o analista se preocupa em ver na materialidade lingüística como um discurso funciona produzindo sentidos. Por isso, Orlandi afirma que

a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. (2003, p. 63)

Na determinação e organização do corpus, considerou-se a problemática ecológica da monocultura do eucalipto plantado em grande escala, uma das questões levantadas no episódio descrito, e também o objetivo da pesquisa, qual seja, o de analisar a constituição do discurso ecológico acerca da preservação do planeta num acontecimento específico.

Quanto à problemática ecológica, a ação promovida pelas mulheres tinha um propósito principal: denunciar os danos ambientais causados pela monocultura do eucalipto. No entanto, esses danos não foram colocados, na pauta de discussão pelos órgãos de imprensa. A mesma direção toma o texto da Aracruz sobre o acontecimento, constituindo-se num pronunciamento acerca dos danos, mas nada dizendo sobre as denúncias ambientais. O texto das mulheres busca exatamente esclarecer o motivo e o caráter de denúncia da ação por elas realizada. Trata-se de sujeitos, em posições ideológicas antagônicas, que se enfrentam através de discursos diferentes, dirigidos à sociedade. Enunciam, porém não dialogam entre si.

Frente ao acontecimento, configuram-se espaços distintos quanto à maneira de se relacionar com a natureza. Nesses espaços, vislumbram-se posições políticas diferenciadas, mesmo que, conforme dito anteriormente, paire sobre a atual conjuntura mundial um discurso

ecológico aparentemente consensual acerca da preservação do planeta Terra. Afinal, onde, por que e como o tal “consenso” se desfaz?

A escolha dos dois textos escolhidos para a análise é uma maneira de colocar em evidência os dois pontos de observação diferenciados sobre o mesmo evento, o do lugar de lesante e o do lugar do lesado. Todavia, haverá momentos em que essas posições serão invertidas, como a análise posteriormente realizada irá mostrar, as mulheres se colocando no lugar de lesadas, atribuindo à empresa o lugar de lesante, uma vez que a empresa, do ponto de vista das manifestantes, pratica danos contra a biosfera a partir das atividades que desenvolve, e elas se identificam com a vida, a terra e a natureza.

2.2 As partes

O objetivo aqui é trazer algumas informações pertinentes, elementares, mas importantes, para que o cenário político possa ser configurado.

2.2.1 Aracruz Celulose

A Aracruz Celulose se apresenta, no seu sítio na internet, como “uma empresa brasileira, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto”. Informa também que “responde por mais de 30% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado”, ou seja, é uma empresa bastante grande e que tem um lugar privilegiado no mercado econômico mundial.

Entretanto, apesar de recorrer ao sentimento de nacionalismo, a Aracruz não pode ser considerada totalmente brasileira. Na sua constituição acionária, de acordo com as próprias informações que divulga, 28% pertencem ao grupo Lorentzen da Noruega, 28% à Votorantim, 28% ao Banco Safra, 12,5% do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 3,5% a pequenos grupos⁵. E suas ações são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Madri e Nova York.

⁵ No dia 29 de janeiro de 2009, as famílias Lorentzen, Almeida Braga e Moreira Salles aceitaram a proposta para vender sua participação na Aracruz, bem como o Grupo Safra. Desde então, o Grupo Votorantim e o Banco

Ainda de acordo com as informações divulgadas na sua própria página na internet, há uma certa divergência quanto ao número de hectares de eucalipto plantado. No texto, objeto de análise desta dissertação, há a informação de que as plantações de eucalipto da empresa “alcançam aproximadamente 261 mil hectares de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 139 mil hectares de reservas nativas”. Entretanto, em outro texto de apresentação da empresa, encontramos que “suas operações florestais alcançam os Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com mais de 286 mil hectares de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 170 mil hectares de reservas nativas que são fundamentais para assegurar o equilíbrio do ecossistema”.

Independente da precisão nos números de hectares, a Aracruz é uma gigante da silvicultura e do fabrico de celulose: “sua capacidade nominal de produção, de aproximadamente 3,2 milhões de toneladas anuais de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto, está distribuída pela Unidades Barra do Riacho – ES (2,3 milhões de t), Guaíba – RS (450 mil t) e Veracel – BA (450 mil t, ou metade da capacidade total da unidade)”. A empresa, além do complexo fabril, conta com um porto privativo especializado – o Portocel – “através do qual exporta grande parte de sua produção de 2,3 milhões de toneladas anuais”.

A Aracruz Celulose chegou ao Brasil na década de 60 e iniciou o plantio de eucalipto em 1967 no estado do Espírito Santo. E, em 1978, instalou a primeira fábrica de celulose em solo tupiniquim.

Entretanto, a chegada das primeiras espécies de eucalipto no Brasil ocorreu bem antes - foi na primeira década do século XX - e foram trazidas da Austrália para o viveiro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para fornecer combustível às locomotivas e atender a demanda por postes e dormentes de trilhos. Em razão da exploração desse novo produto, em 1934 foi promulgado o Código Florestal que dispunha acerca das questões legais pertinentes às florestas brasileiras. Tal legislação, além de dispor sobre a questão ambiental das florestas nativas, procurava regulamentar o processo de produção de madeira que estava iniciando no Brasil.

Cerca de vinte anos mais tarde, em plena Ditadura Militar de Castello Branco, no Brasil, o referido Código Florestal de 1934 foi atualizado através da Lei 4.771 de 1965. O Novo Código Florestal entra em vigor para atualizar algumas questões ambientais pertinentes às florestas, além de preparar o terreno para programas de incentivo fiscal ao reflorestamento.

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) passam a formar o novo bloco de controle da empresa Aracruz Celulose.

O incentivo fiscal surgiu principalmente para suprir a crescente demanda de celulose e carvão para a indústria siderúrgica. Por isso, não é coincidência que foi durante este período que a empresa Aracruz Celulose tenha se instalado no Espírito Santo.

A empresa, em seu sítio virtual, informa que o seu “compromisso com o desenvolvimento sustentável orienta as práticas de manejo dos plantios de eucalipto e a preservação dos ecossistemas”. Acrescenta que as “práticas ambientais adotadas nas fábricas são também objeto de contínuos processos de aprimoramento”. Entretanto, a questão aqui não é averiguar se a empresa está realizando o manejo adequado nas plantações de eucalipto e no processo de fabrico da celulose, a questão é política, ou, melhor dizendo, é “ecoideológica”.

A silvicultura é definida como o cultivo de povoamentos florestais, não necessariamente florestados ou reflorestados. As espécies mais usadas na silvicultura no Brasil são as exóticas (aquelas que são provenientes de outros continentes, ou seja, que não são nativas) como o eucalipto, o pinus e a acácia-negra. (BRACK, 2008, p. 3) Tal atividade é desenvolvida pela empresa na forma de monocultura, isto é, é feito o plantio de apenas uma espécie.

O eucalipto é uma espécie de árvore originária da savana australiana, ou seja, vem de uma região de clima seco, o que lhe confere uma característica peculiar: suas raízes adentram profundamente no solo semi-árido em busca de água. Transportadas para um clima tropical, como o do Brasil, estas árvores crescem muito e rápido.

Apesar da legislação e da empresa se referirem à monocultura do eucalipto como atividade florestal, este não é o termo adequado. De acordo com Brack, as florestas são compreendidas como

ecossistemas diversos e complexos em estrutura e função. No que toca às florestas brasileiras [...] são encontradas muitas centenas de espécies vegetais em um só hectare [...] As formas vegetais são variadas, como ervas, epífitas, trepadeiras, arbustos e até árvores. Pelo menos 80 % das espécies de plantas de nossas florestas não são árvores. Com relação à fauna, nossas formações florestais abrigam milhares de espécies, que co-evoluíram ao longo de milhares de anos. A rica relação flora-fauna pode ser ilustrada no Rio Grande do Sul pelo fato de 2/3 das 519 espécies arbóreas nativas do Estado apresenta frutos carnosos ou de outras formas adaptados à dispersão pelos animais silvestres. (BRACK, 2008, p.1)

Os cultivos arbóreos, diante disso, não podem ser considerados florestas. E por quê? Porque ao contrário das florestas encontradas aqui no nosso clima tropical, as monoculturas arbóreas têm ciclos curtos de 7 a 10 anos (não co-evoluem), há somente uma espécie, geralmente exótica (não nativa) e geneticamente idêntica (clone), a diversidade é praticamente ausente, a fauna escassa, e sem mencionar o tratamento químico usado na produção.

Por isso, Paulo Brack, professor do Departamento de Botânica da UFRGS e doutor em Ecologia e Recursos Naturais, é enfático ao afirmar: “as monoculturas arbóreas não são florestas, pois negam os elementos mais básicos dos sistemas naturais.” (2008, p.1 O grifo é meu) É nesse sentido que a silvicultura refere-se a povoamentos florestais porque consiste na atividade de se plantar árvores que vão servir de matéria-prima para produção de vários objetos úteis à sociedade, mas não é a mesma coisa que floresta. Por isso, o uso do termo silvicultura em detrimento de floresta é o mais apropriado quando se refere ao plantio de árvores da espécie eucalipto em larga escala.

Aí entra outra questão interessante: as árvores plantadas são clones (o que é diferente de transgênico), ou seja, elas derivam de uma matriz e são produzidas em laboratório. São “bebês de proveta” feitos em larga escala no interior de um tubo de ensaio. E isso foi elaborado dessa forma para haver o controle sobre a plantação: todas deverão ser iguais, crescer iguais para poderem estar iguais no momento do corte, e não ter sementes para serem espalhadas para outros campos. É um processo que não é natural, ao contrário, é artificial. Nesse sentido, aqui não há aquilo que a ecologia profunda chama de respeito à natureza cíclica dos processos naturais. Ao contrário, o sistema é formado para ter o maior rendimento, em menos tempo, para gerar mais lucro: é a lógica de pensamento do mercado e do capital.

Como já dito no primeiro capítulo quando foi descrita a perspectiva da ecologia profunda, as atividades comerciais precisam adotar padrões sustentáveis de produção, semelhantes aos encontrados na natureza, caso contrário, ou seja, caso se imponha o padrão do mercado e do capital, os recursos naturais vão se esgotar. Assim, em que pese a Aracruz reconhecer que sua atividade é feita de forma sustentável, ela não segue o ritmo natural e sua produção é destinada a satisfazer o desejo de uma sociedade consumista. Essa é uma das razões que levaram as mulheres a destruir as mudas de eucalipto do laboratório da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro. As mudas destruídas eram justamente esses clones.

2.2.2 As mulheres da Via Campesina

A Via Campesina é um movimento internacional que articula vários movimentos sociais relacionados com a questão da terra, e por isso inclui camponeses, pequenos e médios produtores rurais, sem terra, mulheres camponesas, indígenas, juventude rural e trabalhadores rurais. O movimento foi constituído em maio de 1993 na Primeira Conferência da Via

Campesina ocorrida em Mons, Bélgica e, desde então, vêm realizando ações no mundo todo. Conforme seu sítio virtual na internet, a Via Campesina tem por objetivo

desenvolver a solidariedade e a unidade entre pequenas organizações rurais a fim de promover a igualdade de gênero e a justiça social baseada em relações econômicas justas; a preservação da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais; soberania alimentar; produção agrícola sustentável baseada em pequenas e médias propriedades.

A Via Campesina defende, portanto, uma agricultura sustentável a partir do uso de recursos naturais, procurando aproveitar o conhecimento das culturas e tradições locais.

O modelo de agricultura campesina proposto pelo movimento é diametralmente oposto ao modelo imposto pelos representantes do agronegócio. Para a Via Campesina,

o modelo dominante das grandes empresas do agronegócio industrial têm deliberadamente projetado a dominação da agricultura e toda a cadeia de distribuição e produção agrícola. A Via Campesina promove um modelo descentralizado no qual a produção, o processamento, a distribuição e o consumo estão sob o controle das comunidades e não das empresas transnacionais

Diante disso, é lícito dizer que o projeto proposto pela Via Campesina demonstra preocupação com a realidade de degradação ambiental produzida pela agricultura convencional, baseada no uso contínuo e intensivo de agrotóxicos, que podem ser nocivos à saúde e ao ecossistema. Em outras palavras, procura desenvolver a agricultura familiar baseadas em princípios da agroecologia.

Além disso, há a questão da mulher no campo, e isso é deveras importante no seio da Via Campesina, uma vez que, no contexto rural, a mulher ocupa um lugar peculiar. De acordo com Zamora e Schmidt,

Neste meio, na divisão familiar do trabalho, as mulheres se ocupam, em geral, além dos trabalhos domésticos, com a produção dos meios de subsistência da família (horta, animais domésticos, etc.). Este trabalho, como não produz renda monetária, é pouco valorizado, no entanto, é imprescindível para uma vida saudável da família agricultora. Evidentemente, esta valoração e a conseqüente posição da mulher na família são causa e conseqüência da relação que a sociedade patriarcal tem com a economia de mercado.

Nos momentos que a agricultura comercial é remuneradora, até a parcela ocupada pela subsistência familiar é sacrificada no altar do mercado. Assim, a subsistência familiar passa também a ser assegurada pelo mercado e quando o fluxo de renda diminui, devido às oscilações das variáveis antes mencionadas, a renda monetária líquida também decresce e a própria subsistência fica precarizada.

As mulheres, pela sua inserção produtiva e por razões culturais, são as que mais têm percebido as armadilhas do mercado e a perda da autonomia alimentar. A resistência a esta situação parte inicialmente das mulheres inseridas nos movimentos sociais no campo, as quais se agregam novas participantes e resulta na criação de um movimento próprio, que associa as questões sociais do campo e da sociedade em geral àquelas pertinentes ao gênero. (2008, p. 333)

Assim, perante as várias frentes que Via Campesina coloca como ponto de luta: pequenos agricultores, jovens, etc, há a questão de gênero, ou seja, a discussão acerca do lugar da mulher camponesa e por isso a consolidação de um movimento de mulheres. Aqui no Brasil um dos movimentos organizados pelas mulheres do campo é Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que, de acordo com o sítio virtual, é composto por : agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus.

Para o movimento das mulheres camponesas, uma mudança nas relações sociais é imprescindível para o futuro da vida no planeta. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e destes com a biodiversidade, a natureza. Para as mulheres da Via Campesina, o feminismo

se constitui numa forma de pensar o mundo, a sociedade, o ser humano e as suas relações, afirmando as mulheres como protagonistas da história, junto com todos os sujeitos sociais e não apenas os homens, brancos, ricos, heterossexuais,... como impõe a cultura patriarcal, racista e a sociedade capitalista.

Diante dessa perspectiva, é lícito dizer que a proposta das mulheres camponesas adota princípios ecofeministas, nos termos em que Capra o aventou, ou seja, as mulheres percebem a dominação patriarcal pelos homens como um protótipo das formas de dominação e exploração que as grandes representantes do capital mantêm com a Terra.

Ademais, o movimento das mulheres camponesas pauta suas reivindicações em princípios socialistas, o que remete ao ecossocialismo tratado por Löwy. Para o movimento das mulheres camponesas, o capitalismo é insustentável uma vez que as crises ecológicas derivam justamente de um processo de industrialização massiva que extrapolou a capacidade do planeta em absorver os dejetos gerados pela instabilidade ecológica, já que o sistema capitalista não age conforme o ritmo da natureza, mas sim conforme o ritmo do mercado, e também porque sua produção visa sustentar uma sociedade de consumo, que pensa precisar mais do que tem para ser feliz.

O projeto de agricultura camponesa recomendado pelas mulheres da Via Campesina e pelo MMC, ao contrário da monocultura praticada pelas grandes empresas, sustenta-se nos seguintes princípios: respeito e cuidado com a natureza; controle dos meios de produção pelas/os trabalhadoras/es camponesas/es; Reforma Agrária, fim do latifúndio e produção que

garanta os princípios da agroecologia; valorização e reconhecimento das mulheres e de seu trabalho, bem como do ser humano como um ser integral; soberania alimentar com autonomia para decidir na produção; recuperação, preservação e multiplicação das sementes crioulas ou tradicionais; que a água, a terra e as sementes sejam patrimônio dos povos, a serviço da humanidade; participação efetiva das mulheres em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações políticas e comunitária; políticas públicas voltadas para o campo; geração e valorização da renda pelo/a agricultor/a camponês; investimento público na ciência, tecnologia e pesquisa para agricultura camponesa; valorização e defesa das populações tradicionais e seus modos de vida e produção (Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, etc); recuperação das relações de solidariedade.

Podemos vislumbrar, portanto, que, de um lado, existe a proposta de agricultura familiar das mulheres camponesas e, do outro, a proposta do agronegócio da empresa Aracruz Celulose. Em verdade, constitui-se aí uma oposição quanto à maneira como cada uma das partes percebe e se relaciona com a natureza.

Vislumbramos, metaforicamente, nesse “processo judicial lingüístico”, de um lado o masculino representado pela empresa e, do outro, o feminino representado pelo movimento. De um lado o capital e do outro o natural. De um lado a máquina, do outro o humano. De um lado o masculino, do outro o feminino. De um lado a classe burguesa, de outro a classe operária.

3. Os textos em análise e a discursividade ecológica

A Análise do Discurso, desde seu surgimento como disciplina teórica, vem questionando a lingüística naquilo que comporta o seu “espaço”, ou seja, para Pêcheux “a Lingüística é solicitada constantemente para fora de seu domínio” (1995, p. 87). E isso significa que, para lidar com as “questões de semântica”, não é suficiente a análise formal da língua como um sistema homogêneo, independente do que lhe é exterior. Ao contrário, a crítica da AD consiste justamente em alertar para a necessidade de levar em conta a exterioridade lingüística. Para isso, propõe a inserção da subjetividade e da historicidade nos estudos da linguagem e do discurso, o que leva a afirmar que o sentido não está fixado previamente como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: isto é, para a AD, há uma determinação histórica nos processos de produção de sentido.

Diante disso, é lícito dizer que a exterioridade lingüística, para a Análise do Discurso, é constituinte do sentido, daí que as condições de produção são inerentes à análise. Elas podem ser consideradas em sentido estrito, que seriam as circunstâncias da enunciação; e em sentido amplo, que seriam as “circunstâncias” sócio-históricas de um discurso. Tal constatação leva a afirmar que os textos produzidos pelas mulheres da Via Campesina e os da empresa Aracruz Celulose, selecionados para análise, apesar de terem sido divulgados no mesmo veículo de comunicação, qual seja, a internet, surgem em condições de produção diferentes e em circunstâncias de enunciação distintas.

A enunciação, de acordo com Benveniste, consiste em por a língua em funcionamento a partir de um ato individual de utilização, e, ao fazer isso, o locutor “implanta o *outro* diante de si” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Para o autor,

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo da enunciação*. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p.87)

As “figuras” – mulheres da Via Campesina e empresa Aracruz Celulose – não vão estabelecer entre si um diálogo em sentido estrito. Como já dito anteriormente, não se instaura uma situação de interlocução entre eles. O texto das mulheres camponesas não é dirigido especificamente à Aracruz, nem o texto desta dirigido às militantes. Na realidade, o quadro figurativo da enunciação vai ser constituído trazendo um terceiro elemento: a sociedade.

Desse modo, o texto das mulheres da Via Campesina sobre a ação e que também constitui-se numa campanha contra o deserto verde é dirigido à sociedade; e o texto sobre o acontecimento divulgado pela empresa Aracruz Celulose também coloca como alocutário a sociedade.

Para que a enunciação ocorra é necessário que um *eu* fale para um *tu* alguma coisa sobre *ele*. São estes os três elementos indispensáveis para se configurar a cena enunciativa. O *eu*, conforme Dufour,

é aquele que assume a presença diante de um ‘tu’ – não há outros meios de se estar presente a não ser assinalando ao outro [...]. Falar, dizer ‘eu’, define instantaneamente um ‘aqui’ e um ‘agora’, isto é, um ponto no tempo e no espaço a partir do qual pode ser falado o mundo. (2000, p.55)

No que tange ao presente caso, ao falar, o movimento das mulheres camponesas instaura um *eu* que necessariamente vai remeter a um *tu*, que é a sociedade, e não a empresa Aracruz, ou seja, esta não é o alocutário da enunciação. O objeto desse falar constitui-se em questões ecológicas que envolvem as ações da Aracruz e o meio ambiente. Da mesma forma, ao enunciar, a empresa vai instaurar um *eu* cujo *tu* respectivo também é a sociedade, sendo o *ele*, em sua enunciação, o movimento campesino.

Para Dufour,

O prisma formado pelo conjunto “eu”, “tu” e “ele” funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. (2000, p.55)

Há somente três pronomes pessoais: a 1ª pessoa é aquela que fala; a 2ª pessoa é aquela a quem se fala; e a 3ª é aquela que está ausente. O *eu* vai ser definido por si mesmo - “*eu* é aquele que diz *eu*” -, ao mesmo tempo que vai ser definido negativamente, ou seja, “*eu* não é nem *tu*, nem *ele*”. O *ele* é ausente. A não-pessoa na teoria de Benveniste: é sobre *ele* de quem o *tu* e o *eu* falam.

Por isso, as condições de produção dos textos vão implicar situações de enunciação diferentes, conforme já referido acima. No presente caso, a empresa Aracruz, enquanto proprietária de terras, parece não considerar o movimento das mulheres camponesas como sujeito de direito por, no mínimo duas razões: a primeira, pela forma de ação do movimento, claramente criminalizada pela empresa; a segunda, porque não considera o movimento como legítimo para falar com propriedade sobre questões ecológicas. O conhecimento do movimento campesino acerca das questões que envolvem agricultura e relação com a natureza não é considerado pela empresa. A visão agroecológica do movimento campesino é pouco considerada pela perspectiva do agronegócio, daí que estes últimos não consideram os

primeiros como legítimos para um debate à altura da problemática ecológica que vem afetando os ecossistemas. Da posição assumida na FD do Agronegócio, a proposta ecológica do movimento das mulheres camponesas é deslegitimada.

Ao denunciar aquilo que não foi dito sobre a ação contra a empresa, o texto das mulheres da Via Campesina traz ao debate questões políticas e ecológicas que foram apagadas quando da divulgação do acontecimento. A abordagem sobre estas questões, que permanecem silenciadas nos textos da Aracruz celulose, vai dar conta de identificar posições antagônicas frente à maneira como cada uma das partes interage com a natureza. Por isso, institui-se um “processo judicial-lingüístico” no qual os sujeitos se configuram como partes, ocupando lugares jurídicos opostos e posições ideologicamente antagônicas, mas não constituem um diálogo em sentido estrito. Nesse caso, cada uma das partes vai assumir uma posição em formações discursivas (FDs) divergentes.

A formação discursiva é entendida por Pêcheux como aquilo que “determinada o que pode e deve ser dito”. Segundo o autor,

as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seus sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Essa perspectiva implica trabalhar a linguagem numa relação estreita com a ideologia que, por sua vez, mantém uma relação estreita com a interpretação. De acordo com Orlandi, “o fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia”, levando-nos a afirmar que o sujeito, em AD, diante de qualquer objeto simbólico é instado a interpretar: o processo de interpretação do sentido aparece-nos como evidência, como se já estivesse sempre lá. E “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.” (2003, p. 45-6)

Assim, a “evidência” do sentido

faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso.” (ORLANDI, 2003, p. 46)

Esse funcionamento do interdiscurso, entendido por Pêcheux como aquilo que fala “antes, em outro lugar e independentemente” (1995, p. 162) constitui-se como o não-dito que irrompe naquilo que é dito. É, pois, pela referência ao interdiscurso das formações discursivas que podemos compreender os diferentes efeitos de sentido.

No presente caso, é possível vislumbrar, a princípio, duas FDs em confronto: uma na qual circulam saberes pertinentes aos movimentos sociais cujas lutas dizem respeito à questão da terra; e outra que contém saberes do âmbito empresarial e mercadológico e que também tem relação com a questão da terra. A primeira, denominei Formação Discursiva Campesina (FD Campesina), e a segunda, Formação Discursiva do Agronegócio (FD Agronegócio).

Entretanto, é importante anotar que não se pode pensar a FD como um bloco homogêneo e fechado. Nela interagem posições-sujeito e discursos outros que remetem a outras FDs. Assim, é a “ideologia [...] juntamente com o sujeito, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva”, como explica Indursky (2005, p.4).

Para dar conta do objetivo deste trabalho, qual seja, analisar como se constitui o discurso ecológico acerca da preservação do planeta a partir do entrecruzamento dos discursos produzidos, de uma parte, pelo movimento social e, de outra, pela empresa de celulose, as formulações de referência foram agrupadas em blocos.

O primeiro bloco é composto por formulações que dizem respeito à maneira como as próprias partes envolvidas na ação vão fazer referência a ela, ou seja, é o discurso sobre o acontecimento. O segundo bloco contém formulações condizentes com o “conhecimento” que cada uma das partes tem da outra: como a Aracruz celulose faz referência ao movimento, e como as mulheres da Via Campesina fazem referência à empresa. O terceiro e último bloco procura dar conta de reunir as formulações que dizem respeito à relação que cada uma das partes diz ter com a natureza.

Assim, é a partir dessa organização dada ao *corpus* que se examinará o funcionamento das FDs acima mencionadas. Para as formulações retiradas do texto da empresa, utilizar-se-á ARAn; para aquelas retiradas do panfleto das mulheres camponesas, VIAN. Os textos da Aracruz Celulose e o panfleto da campanha contra do deserto verde das mulheres da Via Campesina na íntegra estão em anexo.

3.1 Análise

Bloco 1: Da referência ao acontecimento

No bloco 1, estão reunidas as formulações que dizem respeito à forma como cada uma das partes envolvidas vai se referir à ação, e que remetem às FDs em jogo.

Formulações da Aracruz:

ARA1. Invasão no Horto Florestal da Barba Negra

ARA2. *O Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS), pertencente à Aracruz Celulose, teve suas instalações invadidas, na última madrugada...*

ARA3. ... destruíram parte do viveiro e o laboratório de pesquisa da empresa.

ARA4. *O laboratório teve suas instalações totalmente destruídas, especialmente sementes e pesquisas, além dos computadores.*

ARA5. *A Aracruz repudia os atos de vandalismo, de intimidação e de invasão de propriedade privada, que considera uma afronta aos princípios democráticos e ao estado de direito.*

ARA6. *Entende que este ato não representa a vontade da sociedade gaúcha...*

ARA7. *E acredita que não se trata de um ataque específico à empresa, mas à atividade de silvicultura em todo o território do Estado e ao agronegócio brasileiro como um todo.*

ARA8. Destruição do viveiro da Aracruz no RS...

ARA9. *A destruição do laboratório de pesquisa florestal da Aracruz na madrugada de 8 de março, no Rio Grande do Sul...*

ARA10. *Governos, entidades e cidadãos manifestaram na imprensa preocupação com os danos que as ações como esta podem custar ao País.*

ARA11. Estes episódios ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional.

ARA12. *Os prejuízos causados pela invasão incluem a perda de aproximadamente 1 milhão de mudas prontas para o plantio.*

ARA13. *A destruição do laboratório representa uma perda ainda não determinada em produtividade florestal da ordem de milhões de dólares, decorrente da perda de materiais genéticos...*

Formulações das mulheres da Via Campesina:

VIA1. *Na madrugada do dia 8 de março de 2006, mais de mil e quinhentas mulheres camponesas entram no horto florestal da empresa Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, próximo a Porto Alegre.*

VIA2. ... *muita gente criminalizou o ato de coragem...*

VIA3. *“Mas afinal, o que levaria as mulheres a saírem de suas casas na madrugada do Dia Internacional da Mulher e fazer um ato de coragem destes?”*

VIA4. *O ato foi de denúncia, foi um grito para que a sociedade pudesse enxergar algo que não está vendo...*

VIA5. *Se estas mulheres chegaram a este ato de coragem é porque alguma coisa está errada.*

VIA6. *Assim, no dia 8 de março, quando mais de mil e quinhentas mulheres entraram no Horto Florestal, em Barra do Ribeiro, elas pensavam no futuro do planeta e denunciavam, para que fossem punidos, os verdadeiros criminosos da monocultura...*

VIA7. *Foi um apelo em defesa da vida.*

VIA8. *As mulheres camponesas com a ação do 8 de março, acertaram o coração do Capitalismo...*

Visamos, a partir das formulações apresentadas, demonstrar a divergência ideológica entre a FD Campesina e a FD do Agronegócio. Observamos, no intradiscorso, a presença do item lexical *invasão* e seus correlatos *invadidas* e *de invasão* que aparecem nas seqüências ARA1, ARA2, ARA5 e ARA12.

Outro elemento que também se repete, cerca de cinco vezes, é *destruição* e semelhantes – *destruíram*, *destruídas* – presentes em ARA3, ARA4, ARA8, ARA9 e ARA13. Expressões como *atos de vandalismo*, *de intimidação*, *afronta*, em ARA5 e *um ataque*, em ARA7, embora tenham ocorrido apenas uma vez, demonstram a predominância de uma posição-sujeito acusadora da ação das mulheres da Via Campesina, visando criminalizar o ato e descaracterizá-lo como ação de movimento social.

Nessas expressões, sejam elas verbais ou nominais, há a inscrição de uma atitude crítica, uma vez que o ato de designar o acontecimento usando qualquer destes termos já é impor um julgamento prévio. Ademais, são expressões correntes na mídia dominante, e que provém de uma memória discursiva relacionada ao preconceito da sociedade frente às ações dos movimentos sociais, especialmente aqueles cuja luta seja a questão agrária.

De outro lado, as expressões que a Via Campesina usa para referir-se ao acontecimento vão numa direção diametralmente oposta, conforme podemos verificar na expressão *ato de coragem*, presente nas seqüências VIA1, VIA3 e VIA5. Ocorrem ainda *ato de denúncia* e *denunciavam* em VIA4 e VIA6 e outros elementos como *um apelo* em VIA7 e *ação do 8 de março* em VIA8 que remetem a uma posição-sujeito ligada à prática de movimento social. Enquanto termos como *invasão* e *destruição* caracterizam como crime as ações dos movimentos sociais, *ato*, *apelo* e *ação* engendram um movimento contrário, imprimindo uma outra posição, a do movimento da Via Campesina, de denúncia à forma como a Aracruz trata a questão ecológica. Na mesma direção, trabalham verbos como *entrar*

que, ao contrário dos usados pela empresa como *invadir*, não atuam no sentido de julgar e/ou criminalizar o acontecimento.

Um outro aspecto a considerar diz respeito ao processo sinestésico observado em VIA4: *O ato foi de denúncia, foi um grito para que a sociedade pudesse enxergar algo que não está vendo*. O termo *grito* parece colocar em pauta tanto a ação de *ouvir* que está pressuposta quanto a de *enxergar*, reafirmando a necessidade de a sociedade tomar ciência das questões ambientais envolvidas na produção de eucalipto.

O uso do pronome demonstrativo ocorre nos textos de ambas as partes, porém não da mesma forma: *este ato*, em ARA6; *ações como esta*, em ARA10; *estes episódios*, em ARA11; e *um ato de coragem destes*, em VIA3. O pronome demonstrativo *este* apresenta um funcionamento anafórico, ao mesmo tempo em que põe em movimento uma memória discursiva acerca das práticas dos movimentos de luta pela terra. No caso de *estes episódios* e *ações como esta* há a retomada da expressão *destruição do laboratório*, conforme segue: *A destruição do laboratório de pesquisa florestal da Aracruz na madrugada de 8 de março, no Rio Grande do Sul, causou indignação em diversos setores da sociedade brasileira e internacional. Governos, entidades e cidadãos manifestaram na imprensa preocupação com os danos que ações como esta podem custar ao País. Estes episódios ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional*.

No caso de ARA6, *este ato* vai retomar *atos de vandalismo, de intimidação e de invasão de propriedade privada*, bem como a expressão *uma afronta* presente na oração subordinada, como podemos observar no trecho que segue: *A Aracruz repudia os atos de vandalismo, de intimidação e de invasão de propriedade privada, que considera uma afronta aos princípios democráticos e ao estado de direito. Entende que este ato não representa a vontade da sociedade gaúcha...*

A partir da análise das seqüências da Aracruz, é possível observar o pronome funcionando como um elemento anafórico, pois retoma elementos que o antecedem, ao mesmo tempo em que coloca em movimento todo um conjunto de saberes acerca do preconceito da sociedade e do julgamento dos proprietários de terra sobre as práticas dos movimentos camponeses e dos sem terra. Esse efeito de sentido é possível devido ao funcionamento do interdiscurso, ou seja, daquele conjunto de saberes – passados e futuros – que vem a constituir uma FD. Tudo aquilo que se sabe sobre as ações de movimentos sociais cuja proposta de mobilização seja a reforma agrária põe a funcionar um conjunto de saberes sobre essa disputa no cenário político brasileiro, pois retoma estruturalmente essa memória.

O funcionamento do pronome *destes* no enunciado das mulheres da Via Campesina será diferente. Em VIA3, a retomada anafórica é da expressão *ato de coragem*, e esse funcionamento indica que há uma posição-sujeito relativa à defesa da ação das mulheres. O emprego do pronome atua no sentido de reforçar a perspectiva das mulheres: fora uma ação imponente; teve fundamento; merecia apoio; era inédita. Então, como não se pode elogiar tamanha façanha? Por que não se pode considerar necessário tal ato? Por que não perguntar por que foi feito?

O uso do pronome *este, estes e estas* no discurso da Aracruz põe em funcionamento saberes acerca da recriminação de atos do tipo praticados por movimentos sociais, tais como os do sem terra, enquanto que, no discurso da Via Campesina, o uso do pronome *destes* coloca em evidência um conjunto de saberes referentes a toda uma história de práticas de lutas vitoriosas de tais movimentos.

De acordo com Indursky,

Quando um acontecimento discursivo sucede, instaura-se uma relação tensa tanto com a memória (que tenta inscrevê-lo na ordem da repetibilidade,...) quanto com o discurso novo, inaugural, que rompe com a ordem da repetibilidade, construindo um novo sentido possível para o enunciado. Ou seja: um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro. (2003, p.107)

No caso do uso do pronome *este/deste*, é possível cogitar que seu funcionamento pode inscrever o discurso numa ordem da repetibilidade, no caso de seu emprego pela empresa, ao mesmo tempo em que rompe com tal ordem, no uso que dele faz o movimento campesino. No discurso da Aracruz, há a manutenção dessa repetibilidade, reforçada inclusive pela mídia e governo, como pudemos ver no capítulo anterior, e no discurso da Via Campesina o uso do pronome sai dessa repetição para romper com a ordem do discurso, ao mesmo tempo que materializa, através do seu uso, a memória de luta do movimento.

Bloco 2: Do saber de um sobre o outro

No bloco 2, encontram-se reunidas as formulações das partes nas quais cada uma delas vai se referir a outra. Nele estão os elementos lingüísticos usados pela empresa para se referir ao movimento, bem como os elementos usados pelas mulheres da Via Campesina para caracterizar a Aracruz.

Formulação da Aracruz:

ARA14. *O Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS), pertencente à Aracruz Celulose, teve suas instalações invadidas por cerca de 2 mil mulheres da Via Campesina – movimento internacional que coordena organizações camponesas, atuante em diversos continentes.*

Formulações das mulheres da Via Campesina:

VIA9. *A Aracruz Celulose e outras empresas do deserto verde...*

VIA10. *A Aracruz Celulose S/A é uma multinacional controlada por quatro acionistas majoritários...*

VIA11. *Junto da Stora Enso, uma empresa sueco-finlandesa, produtora de papel e celulose, são donas da Veracel Celulose, uma grande empresa do sul da Bahia.*

VIA12. *A Aracruz possui: 252 mil hectares de plantação de eucaliptos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 71 mil hectares de árvores de eucaliptos plantadas e manejadas por agricultores.*

VIA13. *No Rio Grande do Sul, pelos dados de 30/12/2004, é proprietária de 56,2 mil hectares de terra, dos quais 42 mil hectares estão plantados com eucalipto e, em parceria com os agricultores, outros 400 hectares.*

VIA14. *As grandes empresas do Deserto Verde no Rio Grande do Sul são: Votorantim Celulose e Papel e Stora Enso (que na verdade são uma só).*

VIA15. *... dos bilhões que saem dos cofres públicos direto para estas grandes empresas, enquanto a agricultura camponesa nada recebe;*

Diferentemente do movimento social, que faz uso de diversos nomes e expressões para mencionar a empresa, esta é bastante sucinta ao fazer referência à Via Campesina. A empresa, em ARA14, faz uso de uma relativa (...*Via Campesina – movimento internacional*...) para qualificar o movimento social, graficamente representada pelo travessão. Considerando tal interpretação, o enunciado da empresa para descrever o movimento das mulheres ficaria assim: ... *Via Campesina que é um movimento internacional atuante em diversos continentes.*

A questão que parece reverberar aí não é propriamente o que está sendo dito, mas o que não foi dito em relação ao movimento. Não foi dito quais são os objetivos do movimento, quais são as suas frentes de reivindicações, não foi dito a sua história. Foi apenas esclarecido o fato de a empresa saber que se trata de um *movimento internacional, atuante em diversos continentes.*

Observa-se, outrossim, a inscrição da mesma informação duas vezes. Há aí uma redundância, quase um pleonasmo, um excesso em dizer alguma coisa linguisticamente materializada: se se trata de um movimento internacional logicamente atua em diversos continentes.

Também, ocorre, na mesma seqüência, a relativa – ... *que coordena organizações camponesas* ... É ela que vai trazer a informação nova para caracterizar o movimento ao qual a empresa se refere.

Contrastando esse enunciado com o da VIA14 ... *que na verdade são uma só*, percebe-se que ambas as construções são estruturalmente semelhantes, porém funcionam diferentemente. Em ARA14, há o funcionamento de uma restritiva, ou seja, de todos os movimentos sociais existentes no mundo, aquele de que se fala é o que coordena organizações camponesas. Em outras palavras, a empresa está especificando a qual movimento se refere, está diferenciando-o dos demais, e este movimento é aquele cujas reivindicações dizem respeito às coisas do campo, às questões agrárias.

Essa oração relativa – *que coordena organizações camponesas* – pode ser entendida como restritiva, tal como concebida por Henry. De acordo com o autor,

pode-se dizer antes de tudo que a presença do pronome relativo, enquanto pronome que é, representa a relação entre o antecedente e a relativa como uma relação intra-seqüencial ainda que esta relação não seja explicitada em outros lugares no interior da seqüência. Então, o que separa o funcionamento restritivo do funcionamento explicativo é a outra modalidade de pôr em relação duas seqüências, a relação inter-seqüência, que é apagada pela relação intra-seqüência. Ao contrário, com o funcionamento explicativo, a relação inter-seqüência não é apagado. De forma resumida, diremos que o funcionamento restritivo da relativa apresenta uma relação inter-seqüência como se se tratasse de uma relação intra-seqüência. (1990 [1975]p.61)

No caso da formulação ARA14 – ... *movimento internacional que coordena organizações camponesas, atuante em diversos continentes* – a oração relativa funciona como uma restritiva porque apresenta essa relação de inter-seqüência como se fosse intra-seqüência, ou seja, não basta dizer que o movimento da Via Campesina trata-se de um movimento internacional, é necessário agregar a informação de que ele compreende organizações camponesas. Em outras palavras, a referência do antecedente (*movimento internacional*) depende da relativa (*que coordena organizações camponesas*), para que se possa identificar a qual movimento se fala uma vez que existem diversos outros movimentos que atuam em âmbito internacional. Esse aspecto possibilita saber “algo novo” sobre o movimento, uma vez que a prediativa – *movimento internacional atuante em diversos continentes* - não é

suficiente porque traz apenas informações redundantes. É possível, portanto, que essa exacerbação em reiterar a internacionalização do movimento esteja ligada ao fato de que a empresa também é internacional, ou seja, já que as mulheres camponesas afirmam que a empresa é uma multinacional, esta também o diz que o movimento é internacional, produzindo um efeito de sentido de que ambas “instituições” teriam alguma coisa em comum.

Em VIA14 – *As grandes empresas do Deserto Verde no Rio Grande do Sul são: Votorantim Celulose e Papel e Stora Enso (que na verdade são uma só)* -, a relativa entre parênteses, parece funcionar como uma explicativa, pois seu funcionamento ocorre a partir de uma relação de inter-seqüência, isto é, o objetivo não é destacar a empresa para diferenciá-la das demais, ao contrário, o propósito é igualá-la às demais corporações internacionais. A oração subordinada, sob a forma de comentário, em realidade, é que contém a informação mais relevante, ou seja, é a explicativa, e não a oração principal, que vai marcar a posição da Via Campesina. Em outras palavras, não basta informar quem são *as grandes empresas do Deserto Verde*, é necessário dizer que elas são uma só para reafirmar a crítica do movimento ao processo de globalização colocado em marcha pelo mercado financeiro. Vê-se, portanto, que a estrutura de ambas subordinadas é a mesma, porém funcionam diversamente, produzindo efeitos de sentidos diferentes.

A Via Campesina vai usar diferentes nomes e expressões para se referir à empresa. Vejamos: *Aracruz* em VIA12; *empresas do deserto verde* em VIA9; *grande empresa* em VIA11; *grandes empresas do deserto verde* em VIA14; *estas grandes empresas* em VIA15; *produtora de papel e celulose* e *dona da Veracel* em VIA11; e *proprietária* em VIA13.

O que chama a atenção neste recorte é o uso do adjetivo *grande*. Ele aparece em quatro formulações do bloco 2 destacadas acima, e em duas formulações do bloco 3, quais sejam *grandes empresas como a Aracruz* em VIA17 e *Nas suas grandes extensões de produção de eucalipto* em VIA25. O aparecimento reiterado de tal adjetivo, reforçado pela utilização de números representativos da quantidade de hectares que a empresa detém: *252 mil hectares* e *71 mil hectares* como em VIA12; *56,2 mil hectares de terra*, *42 mil hectares* e *400 hectares* em VIA13, materializa discursivamente os lugares ocupados pelas partes no cenário político. É como se as mulheres camponesas observassem de um miradouro a vasta quantidade de terra que uns possuem em detrimento da pouca quantidade que outro detém. Ao usar o termo *grande*, se referindo às extensões de terra, as mulheres camponesas parecem ocupar uma posição diminuta, pequena, frente ao tamanho da empresa. Seria como se de um lado tivéssemos Golias, representado pela empresa, e de outro, David, representado pelas mulheres.

O uso do adjetivo, o uso dos numerais, e as expressões *dona da Veracel* em VIA11 e *proprietária* em VIA13 mobilizam um conjunto de saberes que remetem à luta histórica pela distribuição de terras. Os itens *dona* e *proprietária* implicam que alguém tem a propriedade da terra, e ser proprietário de terras no cenário político brasileiro da reforma agrária significa que eles são os legitimados para tratar de tal assunto, enquanto que os sem-terra não gozam de tal prerrogativa.

Já fizemos semelhante análise quando recorremos à tese de Indursky, para quem os proprietários rurais não reconhecem a existência dos sem-terra “por *não entendê-los qualificados para o diálogo*. Ou seja: não reconhecem nos sem-terra um sujeito de direito.” (2003, p. 56) Acrescento que não se trata apenas de não reconhecer os sem-terra ou os camponeses como sujeitos de direito, se trata de não reconhecê-los com conhecimento para tratar sobre a questão da terra e sobre as questões ecológicas. Em outras palavras, o conhecimento dos camponeses sobre a maneira como trabalhar a terra não é considerada conhecimento válido. E esse efeito de sentido é reforçado pelo pouco dizer da empresa sobre o movimento campesino.

Bloco 3: Da relação com a natureza

O terceiro bloco contém as formulações sobre como os sujeitos caracterizam sua relação com a natureza. É aqui que o discurso ecológico acerca da preservação do planeta estará mais presente. É também o bloco contendo o maior número de formulações e será dividido em três partes.

A primeira parte, denominada “Da relação da Aracruz com a natureza” (3a), reunirá as formulações retiradas do texto da Aracruz em que a empresa diz como se relaciona com a natureza. É através da apresentação de suas ações com relação ao meio ambiente que a empresa vai tratar das questões ecológicas levantadas pelas mulheres. Constitui quase como uma forma de “responder” às denúncias sobre as conseqüências ambientais, advindas das ações da empresa, feitas pelas mulheres da Via Campesina através do acontecimento.

A segunda parte, “Da relação da Via Campesina com a natureza” (3b), será composta pelas formulações retiradas do texto das mulheres da Via Campesina em que elas também dizem a maneira como interagem com a natureza. No seu texto, elas informam o propósito do seu movimento e apresentam uma maneira diferente de lidar com a terra daquela que é feita

pela empresa. Os elementos desta parte, colocados lado a lado com os elementos da parte 3a possibilitam que se observe como a crítica ecológica opera na constituição das duas formações discursivas que estão em confronto: a FD do Agronegócio e a FD Campesina.

A terceira e última parte, denominada “Das denúncias ambientais pelas mulheres da Via Campesina” (3c), é constituída de formulações da Via Campesina sobre as relações que a empresa tem com a natureza. Aqui torna-se mais visível o entrecruzamento do discurso acerca da crise ecológica que atravessa o planeta. Discurso esse presente no movimento campesino, mas que tem origem quando da constituição da ecologia enquanto ciência e enquanto movimento social. Nas duas primeiras partes (3a e 3b), os sujeitos falam das suas próprias maneiras de se relacionar com a natureza, entretanto nesta última parte são as mulheres que falarão de como a empresa age com relação à natureza.

Parte 3a: Da relação da Aracruz com a natureza

A primeira parte do bloco 3 é constituída pelas formulações da empresa que dizem respeito à maneira como ela interage com o meio ambiente. Como já dito anteriormente, a atitude da Aracruz em colocar as informações acerca de como realiza suas operações, *dentro* do texto no qual aborda a ação das mulheres da Via Campesina, indica uma forma de responder àquilo que o movimento procurava denunciar com a ação no laboratório. Essa parte do texto da empresa visa responder à pergunta: como a Aracruz utiliza a terra? Vale lembrar que esse texto acerca de como a empresa procede em relação à natureza foi publicado antes da divulgação do texto das mulheres da Via Campesina que está aqui sendo analisado. Esse aspecto indica que a empresa tinha conhecimento das razões que levaram o movimento das mulheres a realizar a ação.

ARA15. Os prejuízos causados pela invasão incluem a perda de aproximadamente 1 milhão de mudas prontas para plantio.

ARA16. A destruição do laboratório representa uma perda não determinada em produtividade florestal da ordem de milhões de dólares, decorrentes da perda de materiais genéticos que levaram 15 anos para serem produzidos e outros que não podem ser recuperados.

ARA17. *Suas operações florestais alcançam aproximadamente 261 mil hectares de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 139 mil hectares de reservas nativas, que são fundamentais para assegurar o equilíbrio do ecossistema.*

ARA18. *O compromisso com o desenvolvimento sustentável orienta as práticas de manejo dos plantios de eucalipto e a preservação dos ecossistemas.*

ARA19. *As práticas ambientais adotadas nas fábricas são também objeto de contínuos processos de aprimoramento.*

ARA20. *A responsabilidade social reflete, entre outros aspectos, no significativo programa de ação social desenvolvido com as comunidades nas áreas de atuação da companhia.*

ARA21. *As pesquisas que vêm sendo realizadas há 20 anos contribuem para que o Brasil ocupe a liderança mundial em produção florestal e buscam soluções ambientais e econômicas para o setor.*

Ao se colocar em destaque os elementos sublinhados, é possível perceber a formação de um conjunto de expressões que remetem ao léxico próprio do ambiente empresarial misturado com novas demandas de vocabulário em função das questões ecológicas. São estas expressões: *perda de aproximadamente 1 milhão de mudas* em ARA15; *perda não determinada em produtividade florestal* e *perda de materiais genéticos* em ARA16; *operações florestais*, *plantios renováveis*, *reservas nativas* e *equilíbrio do ecossistema* em ARA17; *desenvolvimento sustentável*, *práticas de manejo dos plantios de eucalipto* e *preservação dos ecossistemas* em ARA18; *práticas ambientais* e *contínuos processos de aprimoramento* em ARA19; *ação social desenvolvido com as comunidades* em ARA20; e *produção florestal* e *soluções ambientais e econômicas* em ARA21.

Os elementos *perda*, *renováveis*, *desenvolvimento*, *processos de aprimoramento*, *produção*, *soluções ambientais e econômicas* são condizentes com uma FD que sustenta discursivamente um modo de produção que faz uso da natureza como se ela fosse fonte inesgotável de provimento de recursos, a fim de alcançar um lucro maior. A relação explicitada pela empresa aqui não é de relação *junto com* a natureza, ao contrário, a relação é de ser *sobre* as coisas, dispondo delas como se não tivessem vida, como se fossem apenas bens materiais – e não seres vivos – que podem ser descartados e substituídos sem a preocupação de que a margem de lucro seja afetada. É o capitalismo corporativista instaurado numa relação especial entre política e economia, reproduzindo a lógica do mercado, e aplicando essa lógica na relação que mantém com a biosfera.

Pode-se dizer que estas expressões “típicas” de uma FD do Agronegócio associadas às expressões de caráter ecológico produzem, semanticamente, uma fusão entre tais esferas fazendo surgir como efeito de sentido um conhecimento ecológico que já se encontra institucionalizado e legalizado, ou seja, um conhecimento ecológico que já foi adaptado ao discurso do contexto empresarial. Em outras palavras, tais expressões remetem a um discurso ecológico sobre a preservação do planeta – o que levanta a questão da consensualidade – porém esvaziado da crítica que os próprios movimentos ecológicos lograram fazer frente aos grandes representantes do capital que historicamente vêm impondo a sua forma de lidar com a natureza.

Parte 3b: Da relação das Mulheres da Via Campesina com a natureza

Nesta segunda parte do bloco 3, estão reunidas as formulações do movimento das mulheres da Via Campesina na qual elas logram dizer a maneira como tratam a natureza. Estas informações parecem estar presentes em seu texto, cujo mote principal é a ação, para justamente caracterizar a diferença entre as partes envolvidas. Ou seja, o movimento das mulheres pretende deixar bastante evidente que o modo como a empresa lida com o meio ambiente é bem diferente da forma como elas o fazem.

VIA28. *As mesmas mulheres, que ao longo da humanidade preservaram as sementes e a biodiversidade, não aceitaram a opressão e agiram contra quem está acabando com o nosso planeta, reafirmando a luta das/os trabalhadoras/res contra o capitalismo, representado por grandes empresas como a Aracruz.*

VIA29. *Estas mulheres também reafirmam um Projeto de Agricultura e de sociedade diferente do atual.*

VIA30. 1) Respeito e cuidado com a natureza.

VIA31. 3) *Reforma Agrária, fim do latifúndio e produção que garanta os princípios da agroecologia.*

VIA32. 6) Recuperação, preservação e multiplicação das sementes crioulas ou tradicionais.

VIA33. 7) Que a água, a terra e as sementes sejam patrimônio dos povos, a serviço da humanidade.

VIA34. 12) Valorização e defesa das populações tradicionais e seus modos de vida e produção (Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, etc).

VIA35. 13) Recuperação das relações de solidariedade.

É importante anotar que, nesta parte, serão analisadas as expressões relativas à maneira como as mulheres do movimento campesino dizem relacionar-se com o meio ambiente. São elas: *preservaram as sementes e a biodiversidade* em VIA28; *Projeto de Agricultura e de sociedade diferente do atual* em VIA29; *Respeito e cuidado com a natureza* em VIA30; *princípios da agroecologia* em VIA31; *Recuperação, preservação e multiplicação das sementes crioulas ou tradicionais* em VIA32; *Que a água, a terra e as sementes sejam patrimônio dos povos, a serviço da humanidade* em VIA33; *Valorização e defesa das populações tradicionais e seus modos de vida e produção* em VIA34 e *Recuperação das relações de solidariedade* em VIA35.

Colocando lado a lado as expressões usadas pela empresa e pelo movimento das mulheres, é possível observar a oposição entre elas, ainda que seus discursos estejam sendo atravessados pelo discurso ecológico acerca da preservação do planeta.

De um lado, a empresa fala em *práticas de manejo e processos de aprimoramento*, de outro, a Via Campesina fala em *princípios de agroecologia*. De um lado, a Aracruz fala em *preservação e equilíbrio dos ecossistemas*, de outro a movimento fala em *preservação da biodiversidade*. De um lado, o capital fala em *produtividade florestal e material genético*, de outro as mulheres falam em *preservar as sementes crioulas*. De um lado, o mercado fala em *plantios renováveis e soluções ambientais*, de outro lado as militantes camponesas falam *respeito e cuidado com a natureza*. De um lado há *programa de ação social* e do outro, *valorização das populações tradicionais e seus modos de vida*.

A partir do que foi dito, é possível então, configurar as duas FDs que estão aí em confronto. De um lado, a FD do Agronegócio, na qual a Aracruz Celulose ocupa uma posição. De outro, a FD Campesina, na qual as mulheres ocupam uma posição.

A FD do Agronegócio pode ser caracterizada como aquela na qual circulam saberes referentes ao que foi chamado Revolução Verde, ou seja, uso de produtos (agrotóxicos, aditivos...) e práticas de manejo em que impera a maior produtividade em menor tempo, sem levar em conta, muitas vezes, as consequências para a natureza.

Essa FD é atravessada por uma memória consolidada pelo paradigma cartesiano, que em muito sustenta a forma de produção capitalista, segundo a qual os humanos são “seres superiores”, como já referiu Capra, que possuiriam um direito irrevogável de fazer uso e gozo

da natureza sem pensar nas conseqüências para as gerações futuras. É a competição, a expansão e a dominação que atuam interdiscursivamente, resgatando uma memória na qual a natureza é apenas um meio para obter-se mais lucro.

De acordo com Dufour, o neoliberalismo enquanto novo estado do capitalismo está “dessimbolizando o mundo” (2005, p.10).

De modo geral, toda a figura transcendente que vinha fundar o valor é doravante recusada, há apenas mercadorias que são trocadas em seu estrito valor de mercadorias. Hoje, os homens são solicitados a se livrar de todas as sobrecargas simbólicas que garantiriam suas trocas. O valor simbólico é assim dismantelado, em proveito do simples e neutro valor monetário da mercadoria, de tal forma que nada mais, nenhuma outra consideração (moral, tradicional, transcendente, transcendental...) possa entrar sua livre circulação. Daí resulta a dessimbolização do mundo. (DUFOUR, 2005, p. 13)

Pode-se observar esse processo de dessimbolização, por exemplo, na substituição lexical operada pela Aracruz, quando utiliza *produtividade florestal* ao invés de *biodiversidade*. Essa substituição demonstra uma posição-sujeito ligada a uma concepção utilitarista de natureza que, nessa perspectiva, deve ser conservada apenas com a finalidade de produzir incessantemente recursos para atender à demanda industrial. Dessa forma, produz o apagamento de elementos relacionados a uma formação discursiva, que defende uma outra relação com a natureza.

A FD Campesina, ao contrário, por manter uma outra relação com a natureza, emprega o termo *biodiversidade*, procurando desestruturar o paradigma vigente na sociedade capitalista. Aqui a proposta é desvincular-se de um lugar em que os seres humanos se consideram como um ser *sobre* as coisas, para ser um ser *junto com* as coisas. A natureza – a biosfera – tem um valor simbólico, e não monetário. O planeta Terra não é apenas uma mercadoria que pode ser trocada por outra, ela tem vida e por isso seu valor é incalculável e impossível de ser definido pelos parâmetros do mercado.

A FD Campesina, ao apresentar um projeto de agricultura ecológica e familiar, rompe com a ordem do discurso capitalista, procurando perceber o sujeito entremeadado na complexa rede que é a teia da vida: o ser humano passa a ser considerado como mais um organismo cujas ações afetam todos os níveis do sistema, constituindo-se como parte da biosfera. Na mística do movimento das mulheres camponesas, o ser humano é a natureza.

Diferentemente da FD do Agronegócio - que percebe a natureza como bem material e meio para obtenção de maior lucro; que consome recursos não renováveis (petróleo); que tem a produção destinada à exportação; que faz uso excessivo de pesticidas e produtos

químicos; que age com intuito de privatizar os recursos naturais (como a água, por exemplo) - a FD Campesina vai considerar a história e a sabedoria dos camponeses para a produção agrícola. Aqui a proposta consiste em produzir qualidade, e não quantidade; os produtos são cultivados para as famílias e consumidores residentes na região local (o que, convenhamos, assegura uma maior transparência na relação de consumo); há pouco ou quase nenhum uso de agrotóxicos; as sementes plantadas não são transgênicas, ou seja, são as crioulas; a relação com a terra possibilita um cuidado maior com a manutenção da biodiversidade; há a preservação das sementes crioulas ou tradicionais, em detrimento das transgênicas. Além desses aspectos, que parecem remeter mais propriamente à questão ecológica, há os aspectos que dizem respeito à questão agrária e à questão da soberania alimentar. Os sistemas baseados neste tipo de agricultura respondem muito melhor às necessidades da população local, não desalojam os camponeses de sua terra (ou seja, não há imigração para os cinturões de pobreza dos grandes centros), ajuda na preservação da biodiversidade e meio ambiente, colabora com a questão da segurança alimentar e, ademais, propõe uma nova maneira de lidar com a natureza, mais condizente com um novo paradigma que preocupa-se com a qualidade de vida das gerações futuras.

Há, ainda, outras duas expressões em destaque que merecem uma análise acurada, são as que estão em negrito: *as mesmas mulheres* e *estas mulheres*. E são através dessas expressões que a questão feminina vai se atrelar com a questão ecológica.

Conforme elas mesmas informam na cartilha intitulada *Mulheres em defesa da saúde e da vida*,

o feminismo na perspectiva popular e socialista é uma ferramenta política de afirmação das mulheres como protagonistas da sociedade. Constitui-se como uma teoria sociológica que, aliada ao materialismo histórico-dialético, contribui para ver, desvelar, compreender o mundo, a sociedade, o ser humano e suas relações, bem como, produzir consciência crítica de classe e construir parâmetros, princípios e bases para a construção de uma nova sociedade. (DARON e COLLET, 2008, p. 16)

O Movimento das Mulheres Camponesas se afirma a partir da luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, propondo uma sociedade com novas relações. Assim, na perspectiva das militantes, o patriarcado, o imperialismo, o capitalismo são exemplos de relações que sustentam a dominação exploradora e o dualismo hierárquico e, portanto, devem ser combatidos. Ademais, há uma identificação das mulheres com a natureza. A Terra é feminina, é aquela que germina, que dá fruto, que apresenta ciclos (o tempo que a lua demora para dar uma volta completa em torno da Terra é exatamente o tempo do ciclo

menstrual), ou seja, as mulheres camponesas se identificam com a terra, com a biodiversidade e com a preservação do meio ambiente.

Por isso, um dos efeitos de sentidos possíveis, advindo do acontecimento, aliado aos discursos produzidos, é que a forma como as mulheres agiram corresponde à forma como a natureza vem respondendo às ações humanas. Basta lembrar os furacões, a tsunami, os terremotos cada vez mais frequentes em função do aquecimento global que são reflexo da maneira como vimos tratando a ecosfera.

Assim, a presença dos pronomes em *as mesmas mulheres* e *estas mulheres* possibilita a produção de sentidos em, pelo menos duas direções: uma, que reitera a luta feminista associada à crítica ecológica; outra, que identifica a ação das mulheres em destruir as mudas (clones) de eucalipto com uma ação da natureza como consequência/resposta à ação predatória e usurpadora do homem frente à ecosfera.

Parte 3c: Da relação da Aracruz com a natureza pelas Mulheres da Via Campesina

Na terceira e última parte do bloco 3 estão reunidas as formulações que dizem respeito às denúncias feitas pelas mulheres em relação à maneira como a Aracruz lida com a natureza. Nesta parte de seu texto, o movimento procurar explicar as questões ecológicas acerca das ações da empresa que não têm recebido a devida atenção pela sociedade, mídia e governo, e que dariam sustentáculo ao ato por elas desencadeado.

VIA16. *Já faz muitos anos que as mulheres camponesas vêm trabalhando e alertando a sociedade sobre o desrespeito com a natureza em nome do lucro, do dinheiro.*

VIA17. *... dos verdadeiros massacres ambientais, sociais e econômicos, praticados pelas grandes empresas como a Aracruz;*

VIA18. *... da existência de trabalho escravo, de invasão de terras indígenas, quilombolas ou de pequenas/os produtoras/es a custa de muita violência e morte.*

VIA19. *A destruição da natureza...*

VIA20. *A cadeia produtiva da celulose é, talvez, a que mais traz destruição ambiental, da produção de eucalipto até a produção do papel é visível o extermínio da natureza.*

VIA21. *No vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, estima-se que mais de 270 riachos secaram nas últimas décadas, depois da instalação da fábrica da Aracruz e do plantio de eucalipto.*

VIA22. *Afirma-se que o plantio de eucalipto causa seca de poços artesianos de até 30 metros de profundidade.*

VIA23. *Para se produzir um quilo de madeira são necessários 350 litros de água, isto é, uma grande plantação de eucalipto necessita de uma quantidade de água superior à existente no solo, e a precipitação de chuva de um ano é 20% menor que o consumo de água de uma plantação em larga escala.*

VIA24. *Quando sua produção era de 450 mil toneladas, a Aracruz lançava 6 toneladas diárias de um aditivo químico altamente poluente na maior bacia pesqueira do Oceano Atlântico...*

VIA25. *Nas suas grandes extensões de produção de eucalipto, perfuram poços artesianos para a irrigação, usufruindo e acabando com a água também do subsolo, tornando mais dramática a situação da seca e desertificação.*

VIA26. *O eucalipto causa degradação do solo, além disso, as plantas não conseguem crescer nas áreas de eucalipto, assim há o extermínio de variedades.*

VIA27. *Muitos animais também não tem mais o que comer ou onde viver e acabam morrendo sem conseguir se reproduzir.*

Ao se agrupar os elementos em destaque, percebe-se que os mesmos termos tais como “destruição” e “invasão”, que no discurso da Aracruz remete à ação das mulheres frente ao laboratório da empresa, aqui vai se referir à ação da empresa frente à natureza. Vejamos: *desrespeito com a natureza* em VIA16; *massacres ambientais* em VIA17; *trabalho escravo, invasão de terras indígenas, quilombolas ou de pequenas/os produtoras/es* em VIA18; *destruição da natureza* em VIA19; *destruição ambiental e extermínio da natureza* em VIA20; Há, inclusive, expressões que são “mais fortes”, como “extermínio”, “massacre” e “trabalho escravo”. Em outras palavras, o que se verifica aqui é que o mesmo conjunto de palavras (*destruição e invasão*) usadas por uma parte também é usada pela outra, porém referindo-se a objetos diferentes. E é aí que ocorre a inversão de polaridade que falei no capítulo 2, ou seja, a empresa passa a ser a lesante (da natureza) e as mulheres passam a ser as lesadas, uma vez que se identificam com a natureza.

Além dessas expressões, outras como *270 riachos secaram* em VIA21; *causa seca* em VIA22; *consumo de água* em VIA23; *aditivo químico altamente poluente* em VIA24;

usufruindo e acabando com a água e situação da seca e desertificação em VIA25; degradação do solo, plantas não conseguem crescer e extermínio de variedades em VIA26; animais também não tem mais o que comer ou onde viver e acabam morrendo em VIA27; e acabando com o nosso planeta em VIA28 fazem circular saberes acerca das denúncias ambientais que os movimentos ecológicos vêm colocando em pauta.

A incorporação do discurso ecológico a esse discurso sobre a questão da reforma agrária vem consolidar a idéia de que a crise ecológica desponta para um novo paradigma, consubstanciado na idéia de se repensar a maneira como estamos consumindo e destruindo os recursos naturais do planeta. Ao denunciar a ação da empresa, da mídia “dominante” e dos governantes, o movimento justifica sua ação como legítima defesa e irrompe com um discurso de enfrentamento à ordem capitalística internacional, instaurando um novo processo discursivo na ordem do discurso.

A crítica ecológica, que se faz atualmente em detrimento da atual conjuntura global dominada pelas leis do mercado, é incorporada às reivindicações do movimento campestre. Entretanto, não é dessa forma que ocorre no discurso da Aracruz. Aqui a questão ecológica é incorporada ao discurso da empresa, porém vem esvaziada da crítica proposta pelos movimentos sociais e ativistas ecológicos, ou seja, vem esvaziada da sua história para ser enquadrada num vocabulário tipicamente mercantil. É a demonstração, linguisticamente materializada, de que o capitalismo esvazia as palavras e acontecimentos de sentido, preenchendo-o com aqueles sentidos permitidos dentro do sistema.

Considerações Finais

O estado de arte da Terra clama por mudança. Diante do alarmante quadro de desequilíbrio ambiental e de destruição do meio ambiente, urge a necessidade de uma revolução na maneira de pensar e de interagir com a natureza, sob pena de virmos a perecer. Índices dessa ameaça são discursivizados de diferentes formas, dependendo do lugar ideológico de onde partem.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentei algumas correntes de pensamento ecológico para as quais o ser humano é considerado não um ser que estaria acima da natureza, mas sim apenas mais um organismo no intrincado sistema que é a biosfera. Comecei por falar em Odum, considerado o precursor da ecologia enquanto ciência apartada da biologia. Para o autor, a organização ecológica se dá a partir de conjunto de sistemas, distribuídos em níveis, cujos componentes são interdependentes. Isso significa que qualquer mudança em uma parte vai, conseqüentemente, repercutir no todo. Assim, a maior contribuição da proposta da ecologia sistêmica é pensar que o todo está na relação entre as partes – pois a modificação de um elemento do sistema faz emergir novas propriedades – e não na soma das partes. Esta última concepção é muito pobre para compreender o todo, ou seja, a biosfera e as relações existentes dentro dela.

Sendo o primeiro, Odum inspirou o trabalho de vários outros estudiosos, um deles o físico Capra, signatário da proposta da ecologia profunda. Em essência, a proposta desta escola filosófica é a mudança de paradigma, ou seja, a mudança na forma de pensar cartesiano-newtoniana para um pensar ecológico. Partindo de um questionamento do paradigma moderno, oferece novas bases para políticas ecológicas a fim de aumentar a qualidade de vida das gerações futuras. Há um compromisso ético subjacente a essa proposta, pois compreende o mundo como uma rede de fenômenos interdependentes e reconhece o valor de todos os seres vivos que habitam este planeta. Além disso, reverbera em tal proposta o pressuposto de que a ciência não pode ser afastada dos valores morais, culturais, transcendentais sob pena de estar sempre a serviço dos processos mercadológicos de produção, ou seja, bem distantes do ritmo da natureza. Tomar esse caminho, para o autor, é ir em direção à destruição do planeta. Por isso, defende a alfabetização, ou educação ambiental, cujo propósito é mudar a forma de pensarmos o mundo.

Essa crítica ao modo de produção capitalista, presente na ecologia profunda, vem mostrar intersecções com a proposta do ecossocialismo. Um dos defensores desta corrente, o sociólogo Löwy, visa comprovar que é possível aliar a crítica marxista-socialista a uma visão

ecológica, ou seja, juntar “o vermelho ao verde”, para lembrar a luta de Chico Mendes. De tal aliança, emergiria uma nova (eco)comunidade. O capitalismo é entendido como o grande gerador e intensificador de todos os desequilíbrios ambientais da contemporaneidade, bem como o responsável pelas guerras e pela violência tão presente no nosso cotidiano. A partir de uma releitura da obra de Marx e Engels, propõe a necessidade de acabar com o desperdício de recursos naturais usados no fabrico de armas ou produtos inúteis que vem apenas incentivar o consumo e alienar o sujeito, ações que são o sustentáculo do sistema neoliberal que cada vez mais se acentua na atual conjuntura.

No segundo capítulo, trago a evidência de um acontecimento que tem relações inextricáveis com as propostas ecológicas alentadas acima. Trata-se da ação das mulheres da Via Campesina ocorrida no dia 8 de março de 2006, não por coincidência o Dia Internacional da Mulher. A ação dessas mulheres repercutiu no mundo inteiro, e vários textos foram divulgados nos meios de comunicação, em palanques de comício e plenárias políticas. Tal acontecimento, além de produzir uma ruptura na ordem do discurso, colocou em evidência duas posições antagônicas: de um lado, as empresas produtoras de eucalipto e grandes proprietárias de terras, e do outro, o movimento das mulheres camponesas. De tal embate, cada uma das partes produziu e publicou textos para dar conta de apresentar suas versões do mesmo fato: a destruição do laboratório da empresa e das mudas clonadas de eucalipto. Foram estes os textos, ou seja, aqueles produzidos pelas partes em conflito que constituíram o *corpus* analisado neste trabalho.

A partir das análises, pude averiguar que se configuram duas FDs, antagônicas e distintas, nas quais circulam saberes divergentes quanto à maneira de relacionar-se com a natureza. A empresa Aracruz Celulose ocupa uma posição na FD que denominei FD do Agronegócio, a par que o movimento das mulheres da Via Campesina assume uma posição na FD Campesina. A grande divergência entre estes dois espaços é a concepção de cada uma tem da natureza e a maneira como interagem com ela.

Dividida em três blocos, a análise procura dar conta de saber como o consenso ecológico acerca da preservação do planeta se desfaz. No primeiro deles, no qual trato sobre como cada uma das partes se refere ao acontecimento, é possível perceber a evidente divergência ideológica entre eles. De um lado, a FD do Agronegócio vai mobilizar saberes correntes na mídia dominante e que dão conta de mostrar o preconceito e o julgamento de alguns setores da sociedade acerca de ações dos movimentos camponeses. De outro lado, a FD Campesina vai fazer referência à ação usando expressões que remetem à questão da denúncia

ecológica, rompendo com a ordem do discurso, e retomando a reivindicação pela reforma agrária.

No segundo bloco, a análise consubstancia-se no conhecimento das partes acerca da outra. A análise veio a demonstrar que é o dito nas orações relativas constitui-se em informações essenciais acerca da outra, entretanto desencadeando efeitos de sentido diferentes.

No terceiro e último bloco, dividido em três partes, trago à tona a problemática da relação que cada uma das partes diz ter com o meio ambiente. A primeira parte é destinada a analisar como a empresa diz se relacionar com a natureza. As formulações da Aracruz Celulose são condizentes com a FD do Agronegócio, nas quais há uma aliança entre as expressões recorrentes no âmbito do mercado financeiro com as questões de cunho ambiental, fazendo emergir como efeito de sentido um conhecimento ecológico já institucionalizado pelas tramas do sistema conjectural contemporâneo, que procura dessimbolizar o mundo, para lembrar a expressão de Dufour.

A segunda parte do bloco 3 é composta pela análise das formulações das mulheres da Via Campesina nas quais elas apresentam sua proposta de interação com a natureza. Na FD Campesina, vão circular saberes condizentes com uma prática há bastante tempo proposta pelos movimentos ambientalistas, ou seja, é marcado discursivamente, através do projeto de agricultura ecológica e familiar, a proposta de mudança de paradigma, de produção de alimentos e de relação com a terra. Além disso, é neste bloco que as mulheres reafirmam a luta feminista. É a união entre o “vermelho, o verde e o roxo”.

A partir da análise das formulações constantes na terceira parte do bloco 3, que trata das denúncias ecológicas feitas pelo movimento das mulheres camponesas, é possível observar a incorporação da crítica ecológica à questão da reforma agrária. Ao contrário do que ocorre no âmbito da FD do Agronegócio, onde a questão ecológica vai aparecer viciada pelo vocabulário mercadológico, na FD Campesina ela aparece aliada à crítica feita pelos movimentos ecológicos.

Para concluir, resta dizer que a ação ocorrida no dia 8 de março de 2006 deixou evidente a divergência quanto à forma de lidar com o planeta. A natureza, para a Aracruz, é uma mercadoria, desvinculada de valor simbólico. A preservação dos ecossistemas posta em prática pela empresa segue a seguinte motivação: caso ela não o faça, os recursos irão acabar. Assim, para que isso não aconteça fazem-se necessárias algumas soluções ambientais. Porém, isso não significa que a empresa compreenda a biosfera como algo que tenha vida e mereça ser respeitado.

Para as mulheres da Via Campesina, a natureza tem um valor que não se resume ao valor de mercado. Aqui, as relações deixam de ser de consumo, para se tornarem relações de solidariedade, através das quais se aceitam as diferenças. Ao considerar a natureza como ente vivo, e não como objeto descartável, a perspectiva nas relações alcança uma grande mudança: passa-se a falar em respeito por todos os organismos vivos, sejam eles animais ou vegetais. Afinal, todos somos filhos da Terra, qualquer que seja nossa espécie, etnia ou forma. Trilhar o caminho ecológico é ir em direção a um mundo de paz.

Referências Bibliográficas

ACHARD, Pierre ; DAVALLON, Jean ; DURAND, Jean-Louis ; PÊCHEUX, Michel e ORLANDI, Eni. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre e DUPONT, Yves. *O Equívoco Ecológico*. Instituto Piaget: Lisboa, 1993.

BARBIERI, Edson. *Biodiversidade: capitalismo verde ou ecologia social?* São Paulo: Editora Cidade Nova, 1998.

BARONAS, Roberto. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BOFF, Leonardo. *Dignitas terrae*. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

BONFIGLIOLI, Cristina Pontes. Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17870/1/R0973-1.pdf>>. Acesso em: 9 de abril de 2007.

BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). *Eucaliptais*. Qual o Rio Grande do Sul que desejamos? Pelotas, RS: 2008.

_____. As monoculturas arbóreas no país que negligencia sua própria biodiversidade. INGÁ – Instituto de estudos ambientais. Março/2007. Disponível em: <<http://www.inga.org.br/?p=74>> Acesso em: 20/02/2009.

BUCKUP, Ludwig. A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade. Março/2006. Disponível em: <<http://www.defesabiogaucha.org/textos/texto11.pdf>> Acesso em: 20/02/2009.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CARRIÓN, Flávia. *Chamanes y poetas*. El camino de La Espiritualidad Natural. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do político*. Derivas da vida pública. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

COUTINHO, Marília. *Ecologia Polissêmica*. Disponível em <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0044.shtml>. Acesso em: 9 de abril de 2007.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

DARON, Vanderléia L.P e COLLET, Zenaide (Org.). *Mulheres em defesa da saúde e da vida*. Publicação da ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. Abril de 2008.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

_____. *A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. (1891) Disponível em: <http://www.pstu.org.br/biblioteca/engels_socialismo_utopico.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2008.

_____. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. (1876). Disponível em: < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 29 de outubro de 2008.

ERNST-PEREIRA, Aracy e MUTTI, Regina Varini. (Org.). *Práticas discursivas*. Pelotas: EDUCAT, 2008.

FERNANDES, Claudemar Alvez. *(Re)tratos discursivos do Sem-Terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos do discurso*: projeto de pesquisa: A Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a oposição leitor-autor (1997-2001). Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira; Bolsista de Iniciação Científica Ana Boff de Godoy *et tal*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001. 30 p.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco*. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro e INDURSKY, Freda (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 19, p.43-64, Julho/Dezembro. 1990.

INDURSKY, Freda. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto. In: *Espaços de circulação da linguagem*. Santa Maria, n. 27, p.55-66, Julho/Dezembro. 2003.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon*. Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 101-121, 2003.

_____. O político e o jurídico na constituição das subjetividades sociais. In: *Gragoatá*. Niterói, n.18, p.97-110, Jan/Julho. 2005.

_____. *Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?* In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso. O campo da análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites, 2005, Porto Alegre. [*Anais eletrônicos*] Porto Alegre: Instituto de Letras – PPGLT / UFRGS, 2005. 1 CD-ROM.

_____. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 1999.

INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

JUNGES, José Roque. *Ética ambiental*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2004.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

LUTZENBERGER, José. *Manual de Ecologia: do jardim ao poder*. Vol. I. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. *História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARX, K. Gênese da renda fundiária capitalista (1894). In: _____. *O Capital*, v. III, t.2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ODUM, Eugene. P. e BARRETT, Gary W. (2007). *Fundamentos de Ecologia* (5ª Ed. ed.). São Paulo, SP: Thomson Learning.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso. Princípios & Procedimentos*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Discurso e Texto*. Formulação e circulação de sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PASSOS, Deusa Maria de Souza-Pinheiro. *Linguagem, Política e Ecologia*. Uma análise do Discurso de Partidos Verdes. São Paulo: FFLCH/USP – Campinas: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *O Discurso*. Estrutura ou acontecimento. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997. (p. 163-252).

PFEIFER, Cláudia C. O fogo que desengessa e mobiliza – uma entrada na obra de Michel Pêcheux. In: YNDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina L. (Org). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005 (p. 167-172).

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica*. Linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

TEIXEIRA FILHO, Althen. Eucalipto ou pau-brasil? In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). *Eucaliptais*. Qual o Rio Grande do Sul que desejamos? Pelotas, RS: 2008.

TREPTOW, Marcos de Oliveira. *Cidadania e meio-rural*: discursos de uma ausência. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2003.

ZAMORA, Martin Andrés Moreira e SCHMIDT, Carlos. Em defesa da vida: as mulheres camponesas e a luta pela afirmação da sua economia. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). *Eucaliptais*. Qual o Rio Grande do Sul que desejamos? Pelotas, RS: 2008.

ZANDWAIS, Ana. *Estratégias de leitura*: como decodificar sentidos não-literais na linguagem verbal. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1990.

_____. A confederação operária brasileira na primeira república: condições de formação de uma formação discursiva sindical (1906). In: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 2000.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos Modernos*: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ANEXO 1

Textos da Aracruz Celulose

Texto 1 – Aracruz Celulose

Invasão no Horto Florestal da Barba Negra

O Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS), pertencente à Aracruz Celulose, teve suas instalações invadidas, na última madrugada, por cerca de 2 mil mulheres da Via Campesina – movimento internacional que coordena organizações camponesas, atuante em diversos continentes. Os seguranças do local foram rendidos e os manifestantes, ameaçando os empregados, destruíram parte do viveiro e o laboratório de pesquisa da empresa. (foto do laboratório destruído)

Os prejuízos causados pela invasão incluem a perda de aproximadamente 1 milhão de mudas prontas para o plantio. O laboratório teve suas instalações totalmente destruídas, especialmente sementes e pesquisas, além dos computadores. A destruição do laboratório representa uma perda ainda não determinada em produtividade florestal da ordem de milhões de dólares, decorrente da perda de materiais genéticos que levaram cerca de 15 anos para serem produzidos e outros que não podem ser recuperados. (foto do viveiro de mudas destruído)

A Aracruz repudia os atos de vandalismo, de intimidação e de invasão de propriedade privada, que considera uma afronta aos princípios democráticos e ao estado de direito. Entende que este ato não representa a vontade da sociedade gaúcha, que vem demonstrando aceitação social e receptividade aos empreendimentos do setor. E acredita que não se trata de um ataque específico à empresa, mas à atividade de silvicultura em todo o território do Estado e ao agronegócio brasileiro como um todo. A empresa já iniciou os trabalhos de recuperação do viveiro e está dialogando com órgãos competentes e governo para tomar as medidas necessárias, em defesa de seus direitos. (foto do laboratório destruído)

SOBRE A ARACRUZ

A Aracruz Celulose é uma empresa brasileira, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Responde por cerca de 30% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de valor agregado. Suas operações florestais alcançam aproximadamente 261 mil hectares de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 139 mil hectares de reservas nativas, que são fundamentais para assegurar o equilíbrio do ecossistema. Responsável por aproximadamente 10 mil empregos diretos, entre empregados próprios e de prestadoras de serviço em caráter permanente, a empresa é uma das maiores exportadoras do país, gerando divisas de 1 bilhão de dólares anuais.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável orienta as práticas de manejo dos plantios de eucalipto e a preservação dos ecossistemas. As práticas ambientais adotadas nas fábricas são também objeto de contínuos processos de aprimoramento. A

responsabilidade social reflete, entre outros aspectos, no significativo programa de ação social desenvolvido com as comunidades nas áreas de atuação da companhia.

Texto 2 – Aracruz Celulose

Destruição do viveiro da Aracruz no RS tem ampla repercussão e gera manifestações de apoio à empresa

A destruição do laboratório de pesquisa florestal da Aracruz na madrugada de 8 de março, no Rio Grande do Sul, causou indignação em diversos setores da sociedade brasileira e internacional. Governos, entidades e cidadãos manifestaram na imprensa preocupação com os danos que as ações como esta podem custar ao País. Estes episódios ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional. As pesquisas que vêm sendo realizadas há 20 anos contribuem para que o Brasil ocupe a liderança mundial em produção florestal e buscam soluções ambientais e econômicas para o setor. Veja abaixo algumas manifestações de apoio à Aracruz publicadas na imprensa.

ANEXO 2

Texto das Mulheres da Via Campesina

Texto 3 – Mulheres da Via Campesina

O que não foi divulgado do caso Aracruz

8 de março de 2006

Na madrugada do dia 8 de março de 2006, mais de mil e quinhentas mulheres camponesas entram no horto florestal da empresa Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, próximo a Porto Alegre.

A notícia espalhou-se pelo mundo, as mulheres, jovens, mães e avós foram apontadas como arruaceiras, destruidoras, vândalas... muita gente criminalizou o ato de coragem e não se perguntou: “Mas afinal, o que levaria as mulheres a saírem de suas casas na madrugada do Dia Internacional da Mulher e fazer um ato de coragem destes?”

As mulheres camponesas e os meios de comunicação...

Já faz muito anos que as mulheres camponesas vêm trabalhando e alertando a sociedade sobre o desrespeito com a natureza em nome do lucro, do dinheiro. Já faz muito tempo que as mulheres estão trabalhando em defesa da vida, da natureza e da sobrevivência do planeta.

Mas, a televisão, o rádio e o jornal nunca divulgaram as denúncias feitas por estas mulheres, dos verdadeiros massacres ambientais, sociais e econômicos, praticados pelas grandes empresas como a Aracruz; dos bilhões que saem dos cofres públicos direto para estas grandes empresas, enquanto a agricultura camponesa nada recebe; da existência de trabalho escravo, de invasão de terras indígenas, quilombolas ou de pequenas/os produtoras/es a custa de muita violência e morte.

Isto não é notícia porque a empresa Aracruz, com outras, responsável por todas estas violências, financia os Meios de Comunicação, garantindo a defesa de seus interesses e das elites.

Que futuro você prefere? [Colocado sob uma imagem dividida onde do lado esquerdo lê-se:]

Biodiversidade

Agricultura Camponesa

5 empregos para cada 1 hectare

2810 propriedades com 20 hectares

100% da produção para a mesa do trabalhador brasileiro

(Sob este texto a imagem de diversas frutas e verduras e de agricultores plantando)

[E do direito, lê-se:]

Deserto Verde

Aracruz Celulose

1 emprego para cada 185 hectares

*1 empresa com 56,2 mil hectares
97% da produção de 2004 para exportação
(Sob este texto a imagem de uma plantação de eucalipto)*

“No Dia Internacional da Mulher, as mulheres camponesas se investiram deste mesmo espírito profético e usaram a força simbólica contra a violência estrutural de uma empresa que pensa poder, impunemente, comprar a vida das pessoas e transformar terra em mercadoria.” Marcelo Barros, monge beneditino.

Por que as mulheres foram corajosas

Se estas mulheres chegaram a esta ato de coragem é porque alguma coisa está errada. O ato foi de denúncia, foi um grito para que a sociedade pudesse enxergar algo que não está vendo, mas que está destruindo com nossos rios e nossos animais, com a diversidade da natureza e mesmo com as nossas vidas.

Assim, no dia 8 de março, quando mais de mil e quinhentas mulheres entraram no Horto Florestal, em Barra do Ribeiro, elas pensavam no futuro do planeta e denunciavam, para que fossem punidos, os verdadeiros criminosos da monocultura, do agronegócio do reflorestamento. Foi um apelo em defesa da vida.

O dinheiro público que não foi para o povo

Para a instalação da fábrica, no Espírito Santo, a Aracruz recebeu 337 milhões de dólares do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – que também é acionista desta empresa). Foi o maior investimento que uma empresa privada já recebeu no Brasil. A Aracruz vai receber R\$ 297 milhões do BNDES para investimento em 2006, inclusive para a modernização da unidade industrial localizada em Guaíba, no Rio Grande do Sul.

Nos últimos três anos, só a Aracruz Celulose recebeu do governo brasileiro quase 2 bilhões de reais. O prazo de carência desses créditos do BNDES é de 21 meses, só a partir daí começam as amortizações do empréstimo, cujos prazos chegam a 84 meses. Tudo isso a juros de 2% ao ano, enquanto as taxas de juros praticadas no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) vão até 8,75% ao ano!

Além disso, os governos (federal, estadual, municipal) garantem a infra-estrutura necessária para a instalação das fábricas e das plantações, como estradas, saneamento, energia, isenção de impostos... tudo isso com recursos públicos.

Comparativo entre a agricultura camponesa e empresas de celulose

	<i>Empresa de Celulose</i>	<i>Agricultura Camponesa</i>
<i>Empregos por hectare</i>	<i>1 para cada 185 hectares</i>	<i>5 para cada 1 hectare</i>
<i>Investimento público</i>	<i>337 milhões para uma empresa</i>	<i>9 bilhões para 2 milhões de contratos (2005)</i>
<i>Destino da produção</i>	<i>97 % da produção de 2004 para exportação – Europa e China</i>	<i>100% da produção para a mesa da/o trabalhadora/or brasileira/o – significando 75% da alimentação da população brasileira</i>
<i>Concentração de terra no Rio Grande do Sul</i>	<i>1 empresa com 56,2 mil hectares</i>	<i>2.810 propriedades com 20 hectares</i>

A Aracruz Celulose e outras empresas do deserto verde...

A Aracruz Celulose S/A é uma multinacional controlada por quatro acionistas majoritários que detém direito a voto: Grupo Lorentzen da Noruega (28%), Banco Safra Internacional (28%), Votorantim (28%) e BNDES (12,5%).

Junto da Stora Enso, uma empresa sueco-finlandesa, produtora de papel e celulose, são donas da Veracel Celulose, uma grande empresa do sul da Bahia.

A Aracruz possui: 252 mil hectares de plantação de eucaliptos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 71 mil hectares de árvores de eucaliptos plantadas e manejadas por agricultores.

No Rio Grande do Sul, pelos dados de 30/12/2004, é proprietária de 56,2 mil hectares de terra, dos quais 42 mil hectares estão plantados com eucalipto e, em parceria com os agricultores, outros 400 hectares.

*As grandes empresas do Deserto Verde no Rio Grande do Sul são: **Votorantim Celulose e Papel e Stora Enso** (que na verdade são uma só).*

“Ninguém ousou questionar a responsabilidade da Aracruz por aquelas mudas e a ilegalidade de seu plantio. Evitaram as mulheres camponesas, como anteriormente em outras partes do mundo o fato consumado e crime ambiental?” Sebastião Pinheiro

A destruição da natureza...

A cadeia produtiva da celulose é, talvez, a que mais traz destruição ambiental, da produção de eucalipto até a produção do papel é visível o extermínio da natureza. São fatos que não aparecem na imprensa que são alarmantes.

A água

No vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, estima-se que mais de 270 riachos secaram nas últimas décadas, depois da instalação da fábrica da Aracruz e do plantio de eucalipto.

Afirma-se que o plantio de eucalipto causa seca de poços artesianos de até 30 metros de profundidade. Para se produzir um quilo de madeira são necessários 350 litros de água, isto é, uma grande plantação de eucalipto necessita de uma quantidade de água superior à existente no solo, e a precipitação de chuva de um ano é 20% menor que o consumo de água de uma plantação em larga escala.

Quando sua produção era de 450 mil toneladas, a Aracruz lançava 6 toneladas diárias de um aditivo químico altamente poluente na maior bacia pesqueira do Oceano Atlântico, no sul da Bahia, hoje sua produção chega a quase 3 milhões de toneladas, quase 6 vezes mais.

Além disso, essa empresa está comprando as terras nas quais se encontra o Aquífero Guarani, no sul do Brasil, a maior reserva de água doce do mundo. Futuramente, quando o problema da água for maior, ela também dominará este bem natural, que é do povo.

Nas suas grandes extensões de produção de eucalipto, perfuram poços artesianos para a irrigação, usufruindo e acabando com a água também do subsolo, tornando mais dramática a situação da seca e desertificação.

Solo, plantas e animais

O eucalipto causa degradação do solo, além disso, as plantas não conseguem crescer nas áreas de eucalipto, assim há o extermínio de variedades. Muitos animais também não tem mais o que comer ou onde viver e acabam morrendo sem conseguir se reproduzir.

Muita terra para pouco emprego

No Brasil, a Aracruz gerou um emprego direto para cada 185 hectares de terra. Só no corte do eucalipto uma máquina cortadora faz o trabalho de 14 moto cerras.

Isto significa que a indústria de celulose requer tecnologia mecanizada e não mão-de-obra trabalhadora, gerando poucos empregos.

As ações violentas da Aracruz

O relato de como a Aracruz agiu para ocupar uma área indígena de 18 mil hectares no Espírito Santo, é chocante. O caso foi parar no Tribunal Permanente dos Povos, em Viena, mas não na imprensa brasileira. Com a ajuda da Polícia Federal, eles invadiram violentamente as terras indígenas dos tupis-guaranis, queimando casas e espalhando terror na aldeia.

Em 1994 um grupo técnico da FUNAI identificou como sendo terra indígena 13,579 hectares de terra que a ARCEL, mesma Aracruz, comprou de grileiros e escriturou. No município de Conceição da Barra 68% da área do município é da ARCEL.

A Aracruz Celulose ocupa a maior parte do território quilombola de Linharinho, em Conceição da Barra. 41 famílias de remanescentes de quilombo, continuam resistindo à ocupação das terras pela Aracruz e outros.

Quem são os criminosos?

As mulheres camponesas, que num ato de coragem, quiseram fazer uma denúncia, ou as empresas de celulose que poluem, exterminam com a natureza, mantem trabalho escravo e usam dinheiro público.

“Foi uma resposta a o que a empresa fez em janeiro no Espírito Santo. Que para aumentar suas plantações invadiu terras indígenas, prendeu as pessoas e passou com tratores por cima das casas.” Leonardo Boff – teólogo.

O projeto que queremos

As mulheres camponesas com a ação do 8 de março, acertaram o coração do Capitalismo que explora as/os trabalhadoras/res, e transforma o campo em um espaço de produção intensiva, exterminando a cultura das comunidades. As mesmas mulheres, que ao longo da humanidade preservaram as sementes e a biodiversidade, não aceitaram a opressão e agiram contra quem está acabando com o nosso planeta, reafirmando a luta das/os trabalhadoras/res contra o capitalismo, representado por grandes empresas como a Aracruz. Estas mulheres também reafirmam um Projeto de Agricultura e de sociedade diferente do atual.

Alguns princípios do

Projeto de Agricultura Camponesa:

- 1) Respeito e cuidado com a natureza.*
- 2) Controle dos meios de produção pelas/os trabalhadoras/es camponesas/es.*
- 3) Reforma Agrária, fim do latifúndio e produção que garanta os princípios da agroecologia.*
- 4) Valorização e reconhecimento das mulheres e de seu trabalho, bem como do ser humano como um ser integral.*
- 5) Soberania alimentar com autonomia para decidir na produção.*
- 6) Recuperação, preservação e multiplicação das sementes crioulas ou tradicionais.*
- 7) Que a água, a terra e as sementes sejam patrimônio dos povos, a serviço da humanidade.*
- 8) Participação efetiva das mulheres em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações políticas e comunitárias.*
- 9) Políticas públicas voltadas para o campo.*
- 10) Geração e valorização da renda gerada pelo/a agricultor/a camponês.*
- 11) Investimento público na ciência, tecnologia e pesquisa para a agricultura camponesa.*
- 12) Valorização e defesa das populações tradicionais e seus modos de produção (Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, etc).*
- 13) Recuperação das relações de solidariedade.*

“Soberania sim, deserto verde não”